

JK: - O GOVÊRNO REATARA RELAÇÕES COM A URSS

EDITORIAL NA

3.ª PÁGINA

VOZ OPERÁRIA

N.º 495 ★ RIO DE JANEIRO, 29 DE NOVEMBRO DE 1953



O RELATÓRIO DO CEL. ALEXINIO visa a dois objetivos: parar a Petrobrás e correr atrás do petróleo boliviano. Por isso defende: menos divisas e nada de refinarias e petroleiros. (Reportagem de ORLANDO BOMFIM JR. na página central)

PREÇO
do Exemplar
3,00

SCHMIDT NA OPA:

DIFERENÇAS IDEOLÓGICAS NÃO DEVEM CONSTITUIR BARREIRAS ECONÔMICAS

TÉXTO NA 2ª PÁGINA



TESES PARA O XXI CONGRESSO DO PCUS — Em 1965, a União Soviética produzirá de 86 a 91 milhões de toneladas de aço, 65 a 70 milhões de toneladas de ferro, triplicará a produção de produtos químicos e duplicará a de eletricidade e de petróleo, é o que anunciam as Teses do Informe de Kruschiov para o XXI Congresso do PCUS, recentemente divulgadas. A publicação dessas Teses pelos jornais soviéticos despertou grande interesse no seio da população que formou grandes aglomerações junto aos quiosques de jornais, como vemos na foto acima, da Agência TASS. (Leia reportagem na 8a. página)

«DOUTOR JIVAGO» — DEFORMAÇÃO DA REALIDADE SOVIÉTICA

LEIA NO
SUPLEMENTO

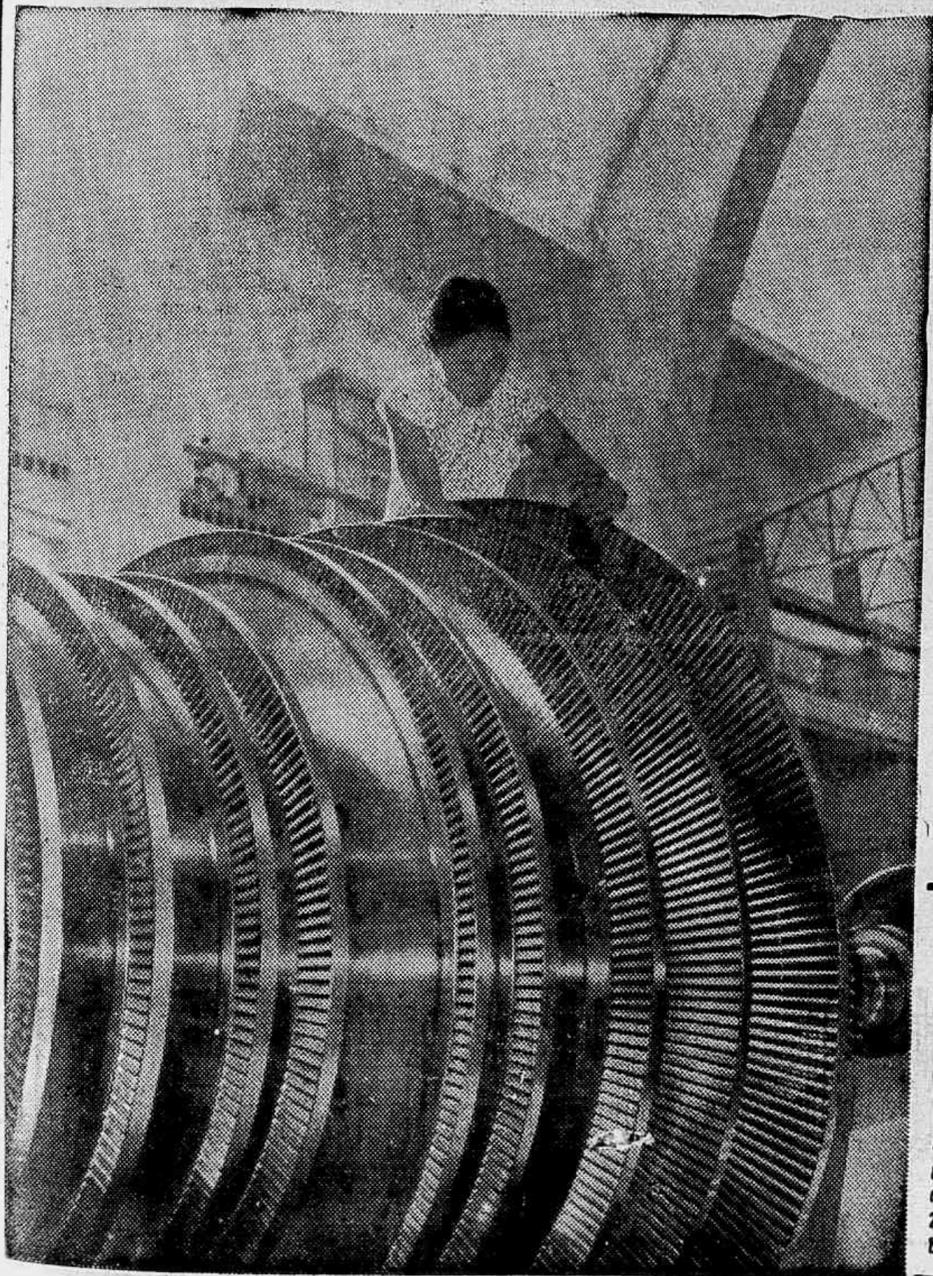


A ATUAL SITUAÇÃO POLITICA ARGENTINA E SEU DESENVOLVIMENTO — Publicamos na 5a. página importante artigo de Ernesto Giudice, membro do CC do PC da Argentina sobre os últimos acontecimentos políticos naquele país irmão. Na foto abaixo, aparece, ao lado de Frondizi, o sr. Gómez, vice-presidente da Argentina, que renunciou ao seu cargo.

A INDÚSTRIA PESADA já localizada em Shangai contribui de forma ponderável para o avanço industrial da China Popular. Na foto aparece um motor para uma turbina a vapor de 12.000 KW, fabricada nas usinas de turbinas elétricas de Shangai. Existem várias usinas equipadas para a produção de turbinas para geradores de 25.000 KW. (Reportagem de Maria da Graça na pág. 9)

«TERCEIRA FORÇA» — Uma Variante Do Anti-comunismo

(TÉXTO NA 9a. PÁGINA)



DIFERENÇAS IDEOLÓGICAS NÃO DEVEM CONSTITUIR BARREIRAS ECONÔMICAS

- ★ AS DECLARAÇÕES DO SR. SCHMIDT NA COMISSÃO DOS 21
- ★ O ITAMARATI REAFIRMA A NECESSIDADE DE COMÉRCIO COM O LESTE
- ★ DULLES CONTRA OS INTERESSES DA AMÉRICA LATINA

Está despertando ampla e justificada repercussão o discurso pronunciado pelo chefe da delegação do Brasil na reunião dos «21», sr. Augusto Frederico Schmidt. Pela primeira vez, um delegado do governo brasileiro falou com maior clareza junto aos Estados Unidos, afirmando categoricamente que o nosso país está decidido a manter relações com os países do campo socialista — sobretudo a União Soviética e a China. Não importa que o sr. Schmidt tenha colocado a questão em termos de réplica ante a intransigência dos Estados Unidos em face da chamada «Operação Pan-americana». A realidade é que, na difícil situação econômica e financeira em que se encontra o Brasil, não podemos continuar ignorando uma terça parte do mundo — os países socialistas — com suas enormes e crescentes possibilidades econômicas.

IDEOLOGIAS NÃO SÃO BARREIRAS

Declarou o sr. Schmidt que não se trata de ameaça ou advertência, mas sim de uma realidade econômica: a América Latina deve aumentar seu comércio com os países socialistas, em particular a União Soviética e a China continental (assim denominou o delegado brasileiro a República Popular da China). Acrescentou o sr. Schmidt que não se devem transformar ideologias em barreiras comerciais, mas sim que "se devem encontrar novas fórmulas para a cooperação internacional, as quais ponham um mínimo de obstáculos políticos ao estímulo do intercâmbio comercial entre países com estruturas políticas diferentes".

O delegado brasileiro focalizou em seu discurso a situação atual das principais zonas econômicas do mundo e as perspectivas de seu desenvolvimento. Neste sentido, citou cifras relativas à renda nacional por habitante, hoje, e nos níveis prováveis daqui a vinte anos.

Isto porque o chefe da delegação brasileira à conferência dos 21 em Washington repeliu "in limine" os propósitos dos Estados Unidos de tentar submeter-nos aos seus planos imediatistas, planos compatíveis unicamente — acrescentemos — com o objetivo de manter-nos como simples fornecedores de matérias primas e gêneros alimentícios aos monopólios norte-americanos.

Em resumo, o discurso do sr. Schmidt traduziu as crescentes exigências dos países latino-americanos em relação aos Estados Unidos, numa espécie de rebelião do oprimido face ao opressor, à procura de um "modus-vivendi".

ALARME NOS EE. UU.

Já anteriormente se havia noticiado um atrito entre o chefe da delegação brasileira e o representante dos EE. UU. na Comissão dos 21, sr. Thomas Mann. Tentaram desmentir que tivesse havido algo de anormal. O sr. Schmidt confirmou — embora acrescentando que a tradução de suas palavras no Rio de Janeiro não tinha sido inteiramente correta.

No entanto, o que realmente causou inquietação aos Estados Unidos foi o discurso pronunciado pelo sr. Schmidt no dia 25.XI. As primeiras repercussões falavam em "irritação" em alguns círculos. Depois, "O Estado de São Paulo", numa correspondência de Washington, informava que inicialmente as declarações de Schmidt tinham sido consideradas "confusas".

tério do Exterior: "Como é sabido, o Brasil está interessado em colocar os excedentes de sua produção, notadamente o café, e tratará de obter novos mercados com esse objetivo, inclusive procurando aumentar seu comércio com o Leste europeu."

DULLES CONTRA O BRASIL

O Secretário de Estado norte-americano, sr. Foster Dulles, lançou uma ducha de água fria nas pretensões que taxou de "ambiciosas" dos países latino-americanos através da OPA. "Em vez de objetivos utópicos — disse Dulles numa entrevista à imprensa — os Estados Unidos querem que a Comissão (dos 21) examine propostas concretas..." Simples palavreado de Mr. Dulles, pois ante propostas concretas é que os Estados Unidos fogem para ficar em declarações gerais de "princípios". Dulles expressou também suas "dúvidas quanto a aplicabilidade do plano brasileiro", afirmando que "o Congresso (dos Estados Unidos) não está disposto a diminuir a ajuda econômica que se presta a outras regiões para satisfazer tão ambiciosos objetivos". (Esclareçamos que por "ajuda econômica" Dulles considera as despesas de caráter militar dos Estados Unidos na Europa, Ásia e Oriente Árabe).

As palavras do Secretário de Estado norte-americano são assim a reafirmação inicial de oposição a qualquer tentativa dos países latino-americanos de cuidarem de seu desenvolvimento. Dulles mantém-se como o mais fiel

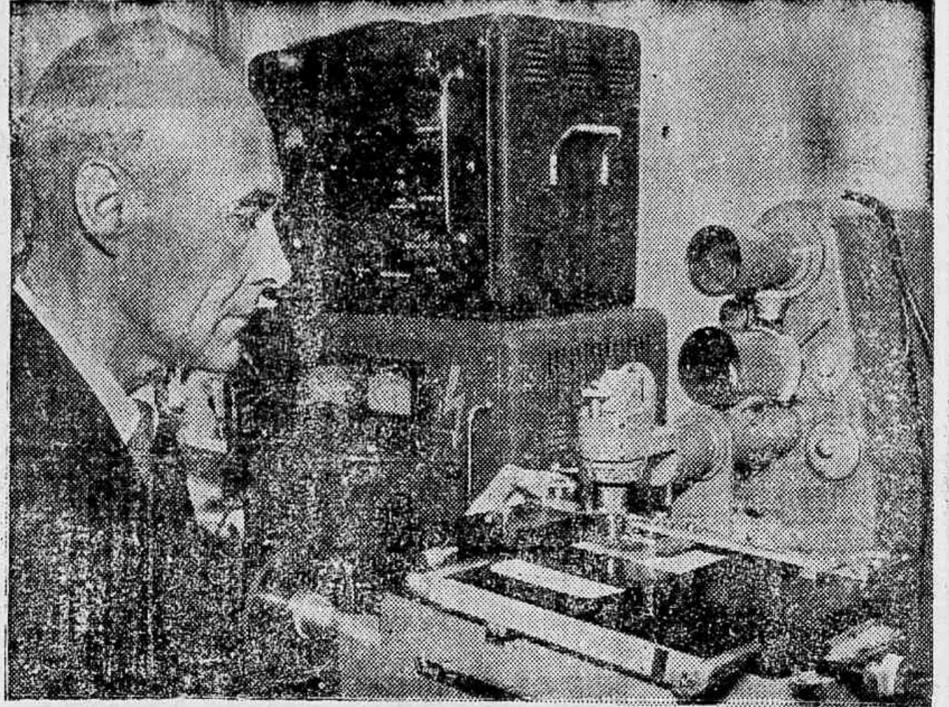
laço dos monopólios imperialistas, que olham a América Latina apenas como seu "quintal" e cujos povos devem permanecer relegados à pobreza e à miséria.

SUPERIORIDADE DO SISTEMA SOCIALISTA

Em seu discutido discurso do dia 25.XI na «Comissão dos 21», em Washington, o chefe da delegação brasileira, sr. Augusto Frederico Schmidt, citou, entre outras, as seguintes cifras relativas à renda nacional (calculada) de alguns países em 1980:

- ESTADOS UNIDOS — 240 milhões de habitantes. Renda por habitante — 3.811 dólares.
- MERCADO COMUM EUROPEU (Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo) 181 milhões de habitantes. Renda per capita — 1.514 dólares.
- AMÉRICA LATINA — 467 milhões de habitantes.
- BRASIL — 400 milhões de habitantes.
- UNIÃO SOVIÉTICA — 280 milhões de habitantes. Renda nacional 5.000 dólares per capita.

Citando estas cifras, que se baseiam em cálculos à base dos ritmos atuais de crescimento da população e da renda nacional, o sr. Schmidt é obrigado a reconhecer a enorme superioridade do sistema socialista sobre o sistema capitalista. Segundo os seus dados, a União Soviética, em 1980, terá uma renda nacional por habitante muito superior à dos EE. UU..



ERUPÇÃO VULCÂNICA NA LUA

Em princípios deste mês de novembro o matemático e físico soviético N. A. Kozhevnikov, concluiu com completo êxito a série de observações que vinha fazendo sobre a crosta da lua, utilizando um refletor de 50 polegadas do Observatório Astro-Físico da Criméia. Constatou o eminente cientista alterações na iluminação da cratera do "Alphonus". Tendo obtido fotografias espectroscópicas da cratera, chegou à conclusão de que uma erupção vulcânica havia ocorrido na lua. Suas pesquisas e observações prosseguem, visando a possibilidade da determinação da composição química dos gases desprezados pela erupção e o esclarecimento dos aspectos físicos do fenômeno. Na foto o cientista Kozhevnikov examinando o material obtido da erupção vulcânica com o auxílio de um microfotômetro.

Crônica Internacional

A ILUSÃO DE VITÓRIA DE DE GAULLE

A 23 de novembro realizaram-se na França eleições à Assembléia Nacional (que corresponde à nossa Câmara de Deputados). Foi aliás o primeiro turno do pleito; o segundo terá lugar domingo próximo, 30. Os resultados do primeiro turno revelam que o Partido Comunista Francês permanece como o partido majoritário da França. Alcançou 3.882.204 votos, ultrapassando o próprio partido do general-presidente de Gaulle, que obteve 3.603.958 votos. As porcentagens respectivas são: PC — 18,9%; União da Nova República (de Gaulle, Soustelle, etc.) — 17,6%. Em terceiro lugar, pelos resultados do primeiro turno, vem o Partido socialista (SFIO), com 3.167.354 votos, ou 15,5% do total. Para termos um quadro mais amplo das eleições acrescentaremos — sem mencionarmos outros partidos menores — que o ajuntamento fascista de cheffado por Poujade, surgido com tanto ímpeto em 1956, praticamente sumiu na fumaça.

A reação vem explorando com grande alarido o que denomina de «derrota» dos comunistas. Vejamos em que consistiu na realidade essa «derrota».

Desde há vários anos, sobretudo depois da guerra, quando o Partido Comunista ressurgiu da Resistência e da guerra de libertação contra o fascismo aureolado pelo heroísmo de dezenas de milhares de comunistas tombados na luta, a reação tem feito tudo para reduzir sua expressão eleitoral. Impôs-se o PC como o primeiro partido da França, com a maior votação e a mais numerosa representação parlamentar. Leis eleitorais sucessivas visaram golpear o PCF neste terreno, já que sua base operária é sólida, formada por um proletariado com uma antiga tradição revolucionária. O que os anteriores governos franceses do pós-guerra não puderam fazer, conseguiu-o o general de Gaulle. Adotada a nova Constituição, foi promulgada também uma nova lei eleitoral. O sistema proporcional, pelo qual cada partido tinha no parlamento um número de cadeiras proporcional ao número de votos obtidos, foi substituído pelo sistema de representação majoritária, com a eleição de um deputado por circunscrição eleitoral. O novo sistema permite manobras às mais diversas, com o objetivo único de diminuir a representação parlamentar do Partido Comunista. Este sistema foi completado com uma nova redistribuição de circunscrições eleitorais e a possibilidade de conchavos de toda sorte no segundo turno, no caso dos comunistas terem revelado força nesta ou naquela zona no primeiro turno.

Os resultados já eram antecipadamente previstos: uma grande perda de cadeiras na Assembléia Nacional pelo Partido Comunista, embora seja ele o partido majoritário.

Em resumo, a reação quer ter a ilusão de haver derrotado o Partido Comunista. Não há dúvida que, através de suas manobras «jurídicas», conseguiu golpear a representação comunista na Assembléia Nacional e prejudicar a própria votação nos candidatos comunistas. Mas, desta forma, consegue apenas escamotear a vontade do povo. Os partidos não se representam no parlamento francês da «nova república» de de Gaulle segundo sua influência no seio do proletariado e do povo francês. Sua representação é um resultado vergonhoso das manobras possibilitadas pelo novo sistema eleitoral.

Como era natural, semelhante resultado como informam os telegramas de Paris, foi «acolhido com satisfação pela Bólsa». De Gaulle prestou o serviço esperado pelos magnatas franceses que o levaram ao Poder. Através de um parlamento sob medida, eles poderão aguardar uma solução extremada na Argélia, o grave problema que lhes inquietava no seu mundo colonial em ruínas. Esperam que um de Gaulle «prestigiado» por um parlamento capitulacionista «resolva» a ferro e fogo a questão argelina.

Mas será que isto basta ao governo de de Gaulle? A crise francesa é de tal forma profunda — pois ela começa na desagregação do sistema colonial francês — que o jogo parlamentar não conseguirá detê-la.

A ascensão de de Gaulle ao Poder, a projeção repentina de seu partido — a União da Nova República — mais se assemelham a fogos de artifício. Sua base de massa está nas camadas mais atrasadas da pequena burguesia francesa, vacilantes e inconsequentes, que ao próprio de Gaulle já proporcionaram um dia a ascensão vertiginosa e o Resselement du Peuple Français, que depois se eclipsou, elevaram como um foguete a Poujade, deixando-o cair agora fragorosamente.

Esta é a origem da fraqueza irremediável de de Gaulle, que resultados eleitorais escamoteados não conseguiram ocultar por muito tempo. A última palavra caberá, no fim de contas, às forças vivas da nação francesa — as forças do trabalho e do patriotismo — que salvaram a França do nazismo e não querem ser arrastadas na voragem da derrocada inevitável do sistema colonial que de Gaulle tenta salvar.

Nacionalização de Empresas na Indonésia

O Biro Político do Partido Comunista da Indonésia publicou uma declaração sobre a decisão do governo da Indonésia de nacionalizar as empresas de capitais holandeses no país. O documento, divulgado pelo jornal «Harian Rakyat», sugere a adoção de medidas que beneficiarão o Estado e o povo e contribuirão para incrementar a economia indonésia.

O PC indonésio se bate pelo desenvolvimento da economia do Estado, o saneamento das finanças e da economia e da vida social e cultural do país, o que pode alcançarse se as empresas pertencentes a capitais holandeses (antigos colonizadores do país, foram nacionalizadas, ficando sob a direção do governo indonésio, e se forem cancelados os privilégios de outras empresas de capital estrangeiro.

O PC E A TELEVISÃO FRANCESA

O Comitê Central do Partido Comunista francês, antes das eleições de 23 de novembro, publicou uma nota de protesto denunciando a utilização a serviço exclusivo do general-presidente (de Gaulle) da rádio-televisão francesa, que é custeada pelos franceses. A declaração do PCF protesta em particular contra o afastamento dos programas de televisão das organizações sindicais, que representam milhões de trabalhadores.

APOIO INDISPENSÁVEL

A CONTECIMENTOS recentes indicam que o problema das relações comerciais com a União Soviética e os países socialistas está saindo do terreno da especulação e entrando nas cogitações reais do governo brasileiro.

As negociações concretas iniciadas pelo sr. Hugo Gouthier sucede-se agora a declaração formulada pelo presidente Kubitschek diante dos líderes sindicais, aos quais afirmou que o reatamento é uma das providências mais importantes do governo para normalizar a vida econômica do país. Quase simultaneamente, o delegado brasileiro na Comissão dos 21, sr. Schmidt, advertia dramaticamente os Estados Unidos de que os países latino-americanos ver-se-ão obrigados a comerciar mais intensamente com a União Soviética, a China e os demais países do bloco comunista para salvar-se do desastre econômico, a menos que Washington se decida a empreender um programa de assistência em grande escala a seus vizinhos do sul.

NÃO falta sequer a fundamentação política dessa atitude, feita claramente pelo general Lott no discurso pronunciado durante a homenagem que lhe foi prestada dias atrás. Depois de referir-se à competição entre «os dois campos» no cenário mundial, afirma o ministro da Guerra: «É mister que nos aproveitemos desta situação de equilíbrio entre os dois grandes antagonistas para desenvolver ao máximo os nossos recursos e o maior recurso de todos que é o próprio povo brasileiro».

HÁ nessas definições de representantes do pensamento oficial algo de novo a assinalar. O que merece atenção particular no ponto-de-vista do general Lott é a maneira como ele situa os interesses de nosso país no quadro da política internacional: não subordina os nossos interesses aos objetivos estratégicos dos Estados Unidos, como tem sido a norma invariável da conduta do Itamarati. E a idéia de que o Brasil deve manter uma posição independente no plano mundial conduz, diretamente, à necessidade de manter relações amistosas não somente com os países capitalistas, mas também com os países socialistas.

QUANTO à advertência do sr. Schmidt na Comissão dos 21, é neces-

sário reconhecer que pela primeira vez um delegado brasileiro apresenta claramente num organismo internacional o estreitamento das relações econômicas com a União Soviética como alternativa para a política de tradicional submissão aos interesses monopolistas dos Estados Unidos. O tom de chantagem com que foi feita a advertência não diminui substancialmente a sua significação política. Esta consiste no reconhecimento oficial de que a atual política de dependência aos Estados Unidos já se tornou insustentável, sendo necessário buscar nas relações com o mundo socialista a solução para as dificuldades que nos afligem.

A posição que vem assumindo o governo brasileiro, embora não se tenha traduzido ainda em atos concretos, já representa um êxito inegável do movimento nacionalista e de sua luta tenaz por uma política exterior independente. Esta necessidade de uma nova orientação em nossas relações externas se torna cada dia mais premente à medida em que se agrava a contradição objetiva entre o desenvolvimento econômico do país e sua dependência ao mercado monopolista e ao capital financeiro dos Estados Unidos. As exigências de um curso independente para a nossa política externa, partidas de setores da burguesia, das correntes nacionalistas e do movimento operário encontram um terreno cada vez mais fértil e exercem, por isso, influência profunda no seio das forças políticas e do governo.

As declarações do presidente Kubitschek, do general Lott e do sr. Schmidt tiveram grande e favorável repercussão na opinião pública. Mas é necessário que se convertam as palavras em atos. Ninguém pode duvidar de que interesses poderosos se levantarão para tentar impedir a marcha de qualquer orientação independente na política exterior do Brasil. O imperialismo norte-americano e seus agentes queimarão até o último cartucho para defender seus interesses monopolistas em nosso país.

NO momento em que partem das autoridades manifestações favoráveis às relações normais com os países socialistas, o governo precisa sentir que conta com o apoio caloroso do povo a qualquer passo que der nesta direção.

AS DECLARAÇÕES DE JK AOS TRABALHADORES

Dezenas de dirigentes operários, representando numerosas entidades sindicais do Distrito Federal, São Paulo, Estado do Rio, Minas Gerais e Santa Catarina mantiveram esta semana importante entrevista com o Presidente da República. Os líderes sindicais foram levar ao sr. Juscelino Kubitschek o apoio dos trabalhadores pelas recentes medidas relativas ao congelamento dos preços e, ao mesmo tempo, apresentar uma série de sugestões com o objetivo de assegurar a efetivação das medidas iniciadas pelo governo. Outras reivindicações de interesse dos trabalhadores foram, nessa ocasião, apresentadas ao Presidente da República.

Depois de ouvir os líderes operários e lhes dizer que as suas sugestões seriam estudadas pelo governo, o sr. Juscelino Kubitschek afirmou que está decidido a levar avante as providências que começou a tomar contra a carestia de vida, acrescentando que para isso considerava indispensável o apoio dos trabalhadores. «Dê-me a cobertura que o governo precisa que eu terei a coragem de enfrentar seja lá quem for. Não me deterei diante de obstáculos de espécie alguma», declarou o sr. Juscelino Kubitschek aos dirigentes sindicais.

Nesse encontro com os trabalhadores, o Presidente da República declarou, formalmente, que o governo considera o reatamento de relações comerciais com a União Soviética e outros países socialistas uma providência das mais importantes no sentido da normalização da vida econômica do país. A afirmação do sr. Kubitschek foi recebida com aplausos pelos líderes sindicais. O restabelecimento de relações com os países socialistas é uma exigência que vem sendo há muito levantada pelos trabalhadores brasileiros em seus Congressos e Conferências.

A iniciativa dos líderes sindicais, de manifestar apoio ao governo pelas medidas relativas ao congelamento dos preços e apresentar, ao mesmo tempo, outras reivindicações, encontra naturalmente o apoio de todos os trabalhadores brasileiros. As providências adotadas pelo Catete, embora não constituam uma solução para o problema da carestia — problema que envolve aspectos fundamentais da política econômico-financeira do governo — representam entretanto um passo importante

e reflete uma reivindicação que vinha sendo há anos formulada pelas organizações sindicais e populares de todo o país. Aos trabalhadores, portanto, o que cabe fazer é apoiar essas medidas, pressionando sobre o próprio governo a fim de lhes dar de agora em diante, maior amplitude e assegurar o seu cumprimento.

Exatamente esse é o sentido da recente manifestação dos líderes sindicais. Aplaudindo a decisão da Presidência da República ao congelar os preços de uma série de gêneros alimentícios, os dirigentes operários sugeriram ao governo diversas medidas, que devem complementar os atos oficiais em início de execução. Uma dessas sugestões refere-se à necessidade de serem congelados os preços a partir das fontes de produção e não apenas no comércio varejista. Outra sugestão é a que refere a modificações na composição dos órgãos responsáveis pelo abastecimento e controle de preços, de cujo plenário devem participar os representantes credenciados pelas entidades sindicais dos trabalhadores. O memorial entregue ao sr. Kubitschek pelos líderes operários inclui também várias sugestões relativas à política econômica do governo, tais como o reatamento de relações com os países socialistas, a revisão das Instruções 166 e 167 da SUMOC e do Plano de Estabilização Monetária, a limitação da remessa de lucros das empresas estrangeiras, etc. — medidas que, uma vez adotadas, imprimiriam à nossa política econômico-financeira novos rumos, de acordo com os interesses nacionais e populares.

Os trabalhadores brasileiros estão naturalmente dispostos a apoiar todos os atos

do governo que representem atitudes concretas no sentido de encaminhar a solução dos graves problemas em que se encontra o país e cujos reflexos se fazem sentir, antes de tudo, sobre as massas trabalhadoras. Esse apoio não faltará sempre que os atos oficiais derem ao povo a certeza de que o governo está realmente interessado em seguir uma orientação que corresponda aos justos reclamos das forças nacionalistas e democráticas.

Excessivamente grave...

Há alguma coisa no ar, além dos aviões da carreira. É o que se pode deduzir de sensacional telegrama vindo de Belo Horizonte. Ali chegou, segunda-feira última, o brigadeiro Eduardo Gomes, que visitou aviadores presos na base de Lagoa Santa.

Os melhores jornalistas políticos de Minas foram mandados no encalço do ilustre visitante. E voltaram com a constatação de que ele, «normalmente lacônico, esteve ainda mais reservado, limitando-se, diante de uma pergunta dos repórteres, a dizer que tudo vai bem».

Isto ainda não é tudo. A coisa complicou-se momentos antes do regresso do taciturno líder nacional. Os mesmos jornalistas apuraram, depois de longo esforço de reportagem, que «o brigadeiro Eduardo Gomes parecia aborrecido, em virtude, possivelmente, de reclamações feitas pelos oficiais presos».

Saindo do terreno das hipóteses para tratar do que há de mais concreto, os homens de imprensa postos no encalço do brigadeiro da eterna vigilância fizeram estampar, em seus jornais, assumindo inteira responsabilidade pelos efeitos da tremenda informação, que «o brigadeiro se teria recusado a tomar café na base aérea, dizendo que preferia fazê-lo no avião em que voltaria para o Rio».

«É grave, é excessivamente grave», diria o diplomata Steinbrock, ministro da Finlândia dos «Maia» de Eça de Queiroz.

semana PARLAMENTAR

PAULO MOTTA LIMA

Iniciou-se a semana com uma crise na bancada udenista da Câmara. Em discurso o sr. Aliomar Baleeiro critica o líder de seu partido a propósito do apoio da UDN ao projeto do imposto de renda, negociado com a maioria pelo sr. Carlos Lacerda, em condições consideradas suspeitas. Protestou o representante baiano contra o fato de não ter sido consultado sobre o acordo negociado entre Lacerda e os porta-vozes do sr. Kubitschek na Casa. Ao fazê-lo, usou expressões mordazes, referindo-se a «isso que se chama, para uns, acordo e para outros entendimento.» E adiante: «Creio que na bancada o primeiro dever é o de absoluta lealdade». Depois de observar que a UDN se vincula por uma ratificação, pela bancada, dos atos do líder e de frisar que essa ratificação não se verificou no caso da negociação do sr. Lacerda com o líder Armando Falcão, o sr. Baleeiro proclamou que discordava desse acordo «lacônico e chelo de reservas mentais, que na hora de se verificar o que cada um se obrigou para com o outro, há sempre isto: «eu não me obriguei a isto ou aquilo.»

Publicado o discurso do representante baiano, Lacerda fez extensas declarações a um grupo de jornalistas, no plenário. Anunciou oficialmente sua renúncia à liderança, que seria formalmente apresentada, pouco depois, em reunião dos udenistas.

O protesto do sr. Baleeiro, foi apoiado pelo sr. Gabriel Passos. O representante mineiro, em breve discurso, observou, referindo-se à UDN: «Não temos, evidentemente, presidentes perpétuos, líderes perpétuos e nossas deliberações são livremente assumidas». Achava portanto que no caso do acordo Lacerda-Falcão os udenistas não consul-

tados não poderiam «em hipótese alguma, votar contra suas consciências».

A reunião, que segundo se anunciava, era para a «escólia de novo líder», foi uma pândega. Lacerda, para não ser chutado, declarou-se vítima de intriga. Sustentou que dá apoio à proposição do governo em troca da retirada de «vários dispositivos escandalosos e altamente inconvenientes» do projeto, «para que o governo não possa queixar-se de falta de recursos para dar aumento de vencimentos e salários.»

Colocada nesses termos a questão, manifestaram-se pela manutenção do líder. Inclusive com o voto do sr. Baleeiro, através de bilhete ao sr. Bilac Pinto, em que afirmava: «Penso que o sr. Carlos foi e é um excelente líder pelas qualidades positivas que sempre lhe reconheci». A guiza de auto-crítica, o ilustre professor de Finanças observou no mesmo bilhete: «Quem me conhece sabe que sou brutalmente franco no externar meus sentimentos e opiniões».

Mal saído dos braços de seu antigo companheiro de agitações lanternistas, Armando Falcão, o excelente líder Carlos subiu à tribuna e a propósito do projeto sobre o imposto de consumo (não confundir com o de renda) declarou, terrivelmente, que paralisará os trabalhos parlamentares para não consentir aumentos de tributação... Também ameaçou destruir a votação da urgência para o Plano de Estabilização.

Mas nem tudo na Câmara é negativo e nos últimos

A Crise-relâmpago, o Bom Líder Carlos e a Reavaliação dos Bens das Empresas Imperialistas

dias, apreciando substitutivo do Senado, ela rejeitou o dispositivo de lei que permitia aumento dos aluguéis.

O sr. Sérgio Magalhães dirigiu apelo ao Senado a respeito do Artigo 59 do projeto que altera a legislação do imposto de renda. Esse artigo, disse o representante trabalhista, equivale a um reajustamento real do valor monetário dos bens, sem que se leve em conta o desgaste dos mesmos bens. O reajustamento previsto naquela lei tem em vista a depreciação do cruzeiro, conceito unilateral, segundo o orador.

Também pede o deputado Sérgio Magalhães aos senadores que na reavaliação agora autorizada as empresas se obriguem a fazer conversão dos fundos de depreciação para efeito fiscal.

O sr. Sérgio Magalhães, nesse discurso, observou que não se pode cuidar da situação econômica de um país do tipo do nosso, na fase atual de evolução, sem se ter em vista as principais bombas de sucção da riqueza nacional. Segundo o orador, nossas divisas se esvaem através dos dividendos, «royalties», juros, amortizações de capital, empréstimos, investimentos em filiais e no pagamento das chamadas despesas de administração. Isto se refere às empresas estrangeiras.

Ao tratar constantemente, no debate de assuntos econômicos, de empresas estrangeiras, não o faz movido por nenhum sentimento hostil ao elemento estrangeiro, nem para manter em cartaz um «slogan» político. É que tais empresas exercem no Brasil uma exploração de tipo colonialista, que já não podemos suportar nem tolerar, disse por fim o representante carioca.

DUAS VITÓRIAS IMPORTANTES

Luis Telles

Pressionados pela crescente luta dos trabalhadores objetivando rever os níveis do salário mínimo, os delegados patronais puseram fim às manobras protelatórias, que vinham utilizando, o que permitiu à Comissão do Salário Mínimo, no Distrito Federal, aprovar a excepcionalidade. Isso abriu maiores possibilidades para a vitória da campanha em todo o país. Assim, foi vencida a primeira etapa. Trata-se, agora, de estabelecer-se o «quantum»-limite da revisão. As comissões de salário mínimo aguardam, nesse sentido, o fornecimento, pelo SEPT, dos cálculos relativos ao aumento verificado nos preços no período de 1956 até hoje. Os trabalhadores, por sua vez, tomam medidas, através dos órgãos sindicais, para, à base do fortalecimento de sua unidade de ação, corrigir as injustiças decorrentes do atual zoneamento do país, em que se baseou o governo para estabelecer os níveis do salário mínimo vigente.

Nada justifica que, em diversos Estados onde os preços dos gêneros alimentícios, dos impostos, dos alugueis, etc., são semelhantes, continue a atual diferenciação no nível salarial. Por isso, os trabalhadores dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul utilizaram seus esforços para conquistar um «quantum» comum na atual revisão do salário mínimo. O mesmo acontece com os trabalhadores do Norte e do Nordeste do país, que também pretendem dar passos no sentido de coordenarem suas lutas. Assim é que, com a reunião que se projeta realizar na capital paulista a 29 e 30 do corrente mês, se formará o eixo Rio-São Paulo para lutar por um salário mínimo comum. No Estado do Rio, devido à existência de idêntica situação no que concerne às condições de vida dos trabalhadores, são muitos os dirigentes operários que pensam unir seus esforços aos dos operários cariocas e paulistas.

Ao mesmo tempo em que pressionam o SEPT para que apronte e forneça com urgência os cálculos necessários, os trabalhadores nos sindicatos, federações e confederações procedem ao levantamento estatístico da carestia a fim de rebater os resultados do SEPT se não corresponderem, como vem acontecendo, à realidade.

Como se vê, os trabalhadores não dormem sob os lauros da vitória conquistada com a aprovação da excepcionalidade. Ao contrário, intensificam a luta unitária

pela decretação do salário mínimo ainda este ano, e pela abolição do artigo 116 da «Consolidação das Leis do Trabalho», que determina a entrada em vigor do novo salário mínimo somente dois meses após a publicação no «Diário Oficial» do decreto presidencial que o fixará. Diante da insuportável carestia, os trabalhadores pretendem receber o novo salário mínimo a partir de sua decretação pelo Presidente da República. Simultaneamente, sentindo que o prazo de vigência para o salário mínimo, estatuído em 3 anos pelo parágrafo 1º do artigo 116 da CLT, está superado pela realidade e não corresponde mais a seus interesses, os trabalhadores reivindicam que a vigência do salário mínimo seja de apenas 12 meses, a fim de que possa ser revisto todos os anos. O salário mínimo decretado em 1956 teve a elevação dos preços até aquele ano. Desde então passaram-se dois anos, que se caracterizaram por uma elevação sem precedentes da carestia da vida, carestia que os trabalhadores tiveram de enfrentar com um salário mínimo fixado à base dos preços vigentes em 1956. É uma situação que não pode continuar e que exige a modificação pleiteada pelos trabalhadores.

Outra vitória importante dos trabalhadores e do povo foi a decretação, pelo governo, do congelamento dos preços dos artigos de primeira necessidade. Diante do crescente clamor popular contra a carestia, dos violentos protestos do povo nos

Estados de São Paulo, Ceará, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná e outros, assim como em virtude das assembleias realizadas nos sindicatos e das manifestações contra as elevações de preços projetadas em todo o país, o governo foi obrigado a tomar, em caráter de «emergência», medidas para conter a carestia.

É certo que as providências do governo visando congelar os preços deixam muito a desejar. São medidas ainda superficiais, materializadas na simples elaboração de uma tabela de preços e de lucros para o comércio atacadista e varejista. O congelamento de uma série de produtos foi decretado num nível superior aos preços vigentes na ocasião e diversos artigos essenciais à alimentação do povo ficaram fora do congelamento. É evidente, também, que o caráter de «emergência» atribuído pelo governo ao congelamento revela sua intenção de tornar temporária essa providência. É possível que após «acalmar a situação» e conseguir amortecer a vigilância dos trabalhadores e do povo com a decretação do novo salário mínimo, sem atentar para os problemas que permitiriam, uma vez enfrentados, não só perpetuar o congelamento dos preços como iniciar sua baixa, o governo pretenda abolir as medidas ora tomadas. Vislumbra-se, ainda, a intenção do governo de embair as massas, de jogá-las contra os pequenos e médios comerciantes e de enfraquecer, assim, a luta dos trabalhadores e do povo contra o «Plano de Estabilização Monetária», cujo conteúdo antinacional, anti-popular e antioperário está em contradição com o congelamento dos preços e com o necessário desenvolvimento econômico e político independente do Brasil. A luta contra a aprovação do referido «Plano...» no parlamento está mobilizando e unindo todas as forças patrióticas e democráticas do país. Apesar disso, a decretação do congelamento dos preços constitui medida altamente positiva. É o reconhecimento pelo governo da procedência de uma sentida e antiga as-

O caso Pasternak está rondando. Rendendo inclusive renda própria, dita.

Os comandantes da guerra fria exploraram o DOUTOR JIVAGO a fundo, politicamente, transformando-o da noite para o dia em «herói» do mundo ocidental. Agora são os negociantes de todas as guerras, sob a forma de empresários editoriais e jornalistas, que fazem golpes e escusos negócios com o DOUTOR JIVAGO, publicando-o na imprensa e em livro, com escandalosa publicidade. Matam dois coelhos da mesma cajadada: servindo aos objetivos anti-soviéticos da guerra fria e enchendo a própria burra particular. Viva o mundo da «livre empresa!» Viva a «liberdade de explorar — de explorar tudo, de fazer dinheiro de tudo, até da lama da traição!» Sua alma, sua palma: os paladinos do «mundo livre» são precisamente esses senhores de almas azinhavradas, sedentos e famintos de pecúnia, farejadores de milhões, caçadores de lucros. E o que é muito curioso no caso do DOUTOR JIVAGO é que imprimem e divulgam o livro, já agora à revelia do autor, sem lhe pagarem direitos autorais, ou seja, em última instância — roubando-o. Tudo segundo as regras dominantes no ocidental mundo da «livre empresa», isto é, da livre pirataria.

Repito que não li ainda o DOUTOR JIVAGO pessoalmente e nada direi do livro enquanto não o tiver lido. Mas não tenho pressa. Não estou acodado, como certas pessoas do meu conhecimento, em penetrar num ambiente — ao que estou informado — de exacerbação individualista, restos póders do regime liquidado em 1917, em que viveu a triste criatura inadaptada — e parece que ainda vive até hoje o seu criador, não menos triste, nem menos inadaptado. Os corveiros de podridões que se regalem. Questão afinal de afinidades mentais e morais.

Mas há certas opiniões já assentadas — e insuspeitíssimas — sobre o DOUTOR JIVAGO, que confirmam plenamente o que há de chantagem na atribuição do prêmio

NOTAS sobre LIVROS

* ASTROILDO PEREIRA *

lobel a Pasternak. Veja nos artigos.

O HERPACROOL, jornal burguês da Holanda, põe no romance — «afetado, desalinado, bárbaro, simbolismo forçado e prolifera utilização de personagens».

O crítico alemão Gustavo Herling escreveu na revista MERKUR, da Alemanha Ocidental, o seguinte: «Não se pode considerar o romance de Pasternak uma obra bem feita, sua construção é caótica e nela pululam figuras de psicologia mal esboçadas.»

André Roussau, conhecido crítico francês, opina: «Parece-me que o realismo de Pasternak... confina com o banal e até com o naturalismo vulgar. Como quer que seja, não se percebe nele a força irresistível que se apodera de nós ao lermos uma grande obra...»

O prof. Wladimir Nobokov, escritor russo naturalizado norte-americano, afirma que — «Pasternak, como poeta, é grande; como romancista, é medíocre.»

O semanário francês ARTS, não divulgando na França quanto ao estrangeiro, botou as coisas em pratos limpos, ao tratar do prêmio concedido a Pasternak: «Mas por sua importância política do que por sua importância literária é que se colocou o DOUTOR JIVAGO no primeiro plano.»

Enquanto isso, há aí algumas individualidades, ditos até de «esquerda», que estão babando de gozo com as aventuras contra-revolucionárias do emp-dernido individualista DOUTOR JIVAGO. Mas é fácil verificar que se trata apenas de baba anti-soviética.

É claro que as pessoas de boa-fé não se deixam levar nem empulhar pelo furioso tam-tam da publicidade — e buscam honradamente inteirar-se da verdade sobre o caso. A carta dirigida a Pasternak pela redação da revista NOVII MIR, em 1956, na qual se analisa o romance e se apresentam as razões por que foi recusada a sua publicação, constitui o documento básico da questão. Sua divulgação, na íntegra, por este jornal, vem pôr à disposição do público esse documento indispensável ao exato conhecimento do assunto.

piração da classe operária e do povo.

As massas «tomam o pão na unha» e, apoiando-se nas medidas propostas pelo governo, movimentam-se para tornar efetivo e duradouro o congelamento dos preços. Os trabalhadores continuam a peleja pelo reajustamento dos salários e juntamente com todo o povo incrementam a luta contra a aprovação do «Plano de Estabilização Monetária»; manifestam-se contrários à majoração dos impostos de consumo e o de vendas e consignações; lutam contra a elevação das tarifas do transporte urbano e das empresas do serviço público em geral; exigem que o governo amplie a lista dos produtos de consumo imediato beneficiados pelo congelamento, melhore a

rede de armazéns da COFAP, das COAP e do SAPS e forneça mercadorias ao pequeno e médio comércio a preços que lhes permitam cumprir as tabelas elaboradas. Simultaneamente, os trabalhadores e o povo exigem o restabelecimento das relações entre o Brasil, a União Soviética e a República Popular da China, para que possamos ampliar o mercado externo e assegurar um curso realmente independente ao desenvolvimento econômico e político do país. Continua atual e adquire grande importância, neste sentido, a passeata que os trabalhadores e o povo paulista realizarão no dia 28 próximo contra a carestia e contra o aumento dos impostos, para obter isenção do imposto de vendas e consig-

nações sobre uma série de produtos como o feijão, açúcar, leite, pão, carne, etc., assim como manifestar o apoio das massas aos parlamentares que se opõem às medidas antipopulares exigidas pelo Sr. Jânio Quadros. Reveste-se, também, de grande importância o ato público que os trabalhadores cariocas realizarão nos próximos dias com o objetivo de apontar ao Sr. Juscelino Kubitschek outras medidas necessárias, a fim de tornar realidade o congelamento dos preços.

Assim, os trabalhadores e o povo, obtiveram duas vitórias importantes e, apoiados nesses êxitos, marcham para fortalecer ainda mais suas organizações, ampliar a unidade na luta e avançar no sentido de novas conquistas.

VIDA ECONÔMICA

Vem sendo anunciada a instalação de uma grande indústria de café solúvel no Brasil. Planos nesse sentido já foram encaminhados ao Ministério da Fazenda pelo sr. Renato Costa Lima, presidente do IBC, prevenido o apoio governamental à iniciativa. Apresentada embora muito cor-de-rosa, a questão possui, entretanto, alguns aspectos sombrios.

O café solúvel vem tendo grande difusão, nos últimos anos nos Estados Unidos. Em 1951, representava 5% do consumo total de cafés verdes. No ano passado, aquela percentagem já era de 18%. Ao mesmo tempo, aumentou o consumo de cafés africanos, que são utilizados em grande proporção nas misturas das quais é extraído o café solúvel.

Os Estados Unidos são atualmente o único realmente grande mercado de café solúvel. A sua produção diretamente no Brasil permitiria vendê-lo mais barato nos Estados Unidos, pois se calcula que haveria 75% de economia de fretes, além de menores despesas de armazenagem. Mas aí é preciso levar em conta os interesses das firmas norte-americanas, que operam no ramo. Estas não admitiriam a concorrência de firmas genuinamente brasileiras, podendo apelar inclusive para as tarifas altas sobre a importação de café industrializado.

Por outro lado, não haveria vantagem para o Brasil em estimular o consumo de café solúvel nos países em que já está arraigado o hábito de tomar café à maneira tradicional. Isto porque o solúvel aumenta o rendimento de cada unidade de café verde, podendo pois retardar o aumento global do volume e do valor das exportações.

INDUSTRIALIZAR O CAFÉ EM BASES NACIONAIS

Alega-se, porém, que o café solúvel facilitaria grandemente a conquista de mercados ainda não habitados à rubiácea, em virtude da maior facilidade de preparação e do preço mais barato. A industrialização contribuiria assim para a expansão do mercado cafeeiro mundial. Esta é uma perspectiva que, certamente não deve ser desprezada numa política geral para o café brasileiro.

O que é grave, porém, é que se pretenda implantar no Brasil a indústria de café solúvel para fins de exportação com o concurso ou sob o controle de firmas norte-americanas. Já foram divulgados, por exemplo, os entendimentos entre a Standard Brands, o IBC e capitalistas brasileiros (grupo Otacilio Gualberto), visando a montagem de uma empresa com capital de 200 milhões de cruzeiros para industrializar 400 mil sacas de café por ano. A Standard Brands entraria com 40% do capital. O BNDE, por sua vez, já teria assegurado financiamento. É curioso que, segundo a notícia de «Última Hora» de 24 do corrente, o IBC promoviera a exportação do café solúvel para áreas de moeda inconvertível, não se fazendo referência aos Estados Unidos.

O sr. Renato Costa Lima acredita, entretanto, que, com o tempo, toda a indústria norte-americana de café solúvel se transferirá para os países produtores, inclusive, é claro, para o Brasil, a fim de baratear o produto. Assim, pois, o mercado norte-americano seria aberto ao café solúvel produzido no Brasil... por firmas norte-americanas.

Muito coincidentemente, a conhecida firma «NESTLÉ» vem fazendo intensiva propaganda de sua marca de café

solúvel não só para venda no país, como no exterior. Dizem os seus anúncios que se trata de divisas para o Brasil...

Aí está delineada toda uma perspectiva de entrega da industrialização da rubiácea a empresas estrangeiras, sobretudo norte-americanas. Já atualmente, cerca de 30% da exportação de café se encontram em mãos de firmas ianques, operando e mesmo próprio país. Esta percentagem aumentaria consideravelmente com a instalação aqui de empresas norte-americanas de produção de café solúvel. Estas empresas precisarão de dólares para exportar os seus lucros e amortizar o seu capital, o que virá trazer novos desfalques ao nosso balanço de pagamentos, reduzindo as disponibilidades de divisas, ao invés de aumentá-las.

Quanto ao tratamento cambial, declarou o sr. Renato Costa Lima que é de opinião dever ser o mesmo para o café verde e o solúvel. Mas sabemos perfeitamente que, uma vez aqui dentro, as firmas norte-americanas não deixarão de pressionar para obter as maiores bonificações para o dólar de exportação de café solúvel. Por sinal que as cambiais de uma pequena exportação de café solúvel, feita no mês passado para a Europa, foram liquidadas no mercado livre... Ai já está o precedente com vistas ao futuro.

É fácil concluir, por conseguinte, que ao Brasil só deve interessar a montagem de uma indústria de café solúvel para fins de exportação em bases completamente nacionais. Neste sentido é que precisa atuar o IBC. Não se justifica a entrega do nosso principal produto de comércio exterior à voracidade de firmas norte-americanas.

A ATUAL SITUAÇÃO POLÍTICA ARGENTINA E SEU DESENVOLVIMENTO

Ernesto Giudici

(Membro do Comitê Central do Partido Comunista da Argentina e redator-chefe de «La Hora»)

É sumamente difícil escrever um artigo para o exterior, pois, publicado alguns dias depois, corre o risco de envelhecer quanto à informação do momento. A redação de «LA HORA» é um formigueiro de dados que se superpõem de forma contraditória. É necessário um grande domínio para confirmá-los, depurá-los, classificá-los e, em meio ao intenso drama que vivemos, definir os rumos.

Os diários destacam o aspecto sensacional de alguns fatos; outros periódicos, mais «sérios», parecem também mais «objetivos». Porém todos eles ocultam o fundo e o conteúdo dos acontecimentos. Somente em «LA HORA», porque impera o critério e os objetivos democráticos e patrióticos do Partido Comunista, se dá a informação mais verdadeira e a orientação mais firme e serena no sentido dos interesses populares e nacionais.

O país se debate em meio a uma profunda crise política que, ao degenerar em rivalidade de grupos e facções, ameaça precipitá-lo na guerra civil, no caos e na anarquia. É uma velha crise política que se iniciou em setembro de 1930. Derrubado, então, o governo progressista-radical de Irigoyen por um golpe militar-americano, se destruiu a ordem jurídica da legalidade democrática que não pôde, desde então, ser restabelecida. De um lado, a reação antipopular foi tomando, cada vez mais, formas fascistas; de outro a democracia foi procurando, impulsionada pelos comunistas, o caminho da unidade na direção de um reagrupamento que superara os velhos limites partidários, a fim de responder às necessidades do desenvolvimento entravado pela oligarquia latifundiária e o imperialismo. Frente à reação fascista, se fazia necessário defender o regime democrático; mas, ao mesmo tempo, era necessário dar a este um conteúdo social mais profundo. Nestas condições, e respondendo a esta necessidade popular, surge a demagogia peronista, sobre a qual o governo de Peron tratou de manter intacta a estrutura oligárquica, terminando por capitular abertamente ante o imperialismo americano. As concessões petrolíferas à empresa americana Califórnia foram um dos motivos que precipitaram a queda do governo de Peron. O golpe de Estado de setembro de 1955, aproveitando em parte o descontentamento popular e os reclamos democráticos do país, derrubou Peron com a ajuda dos interesses ingleses ao lado dos americanos. Iniciou-se, então, o período da chamada «Revolução Libertadora», cuja característica essencial foi a de restaurar o princípio da «liberdade de empresa» a favor do imperialismo americano e inglês e da oligarquia frente às poucas nacionalizações realizadas e a novas que eram reclamadas. O povo votou no dr. Arturo Frondizi, a 23 de fevereiro de 1958, na esperança de que seria restabelecido o curso democrático e legal do país, seriam levadas adiante as exigências da democracia social, seria realizada uma política de desenvolvimento econômico e industrial independente do imperialismo e seriam efetuadas as transformações de fundo reclamadas pela crise de estrutura do país, base da já crônica crise política. Esse foi o conteúdo do apoio dado pelo Partido Comunista à candidatura do dr. Frondizi. Não tendo sido possível concretizar-se suas gestões a favor de um governo de ampla coalizão democrática, inicialmente, e de uma fórmula democrática, depois, os comunistas não tinham outra saída senão op-

tar entre o «continuismo» da «Libertadora» e a possibilidade aberta com a candidatura do dr. Frondizi. Ante este dilema, foi justo o apoio ao dr. Frondizi, na base de seu compromisso programático perante o povo.

Frondizi reuniu votos de diversos matizes, representando interesses diversos e contraditórios, com os quais assumiu compromissos; entre estes, com o alto clero e com Peron. Também Frondizi definiu-se pela «liberdade de empresa», porém isto nunca assumiu a forma pública de uma posição pró-imperialista; ao contrário, em seus discursos e programas escritos, Frondizi defendeu uma posição antiimperialista e de independência econômica nacional que chegou a expressar-se categoricamente contra a vigência dos pactos políticos e militares firmados antes por Peron e depois pela «Libertadora».

Podia-se prever, pois, que no seio do governo se chocariam correntes contraditórias e que o governo faria concessões ao clero e a Peron; mas, o importante é que, com a exigência popular do cumprimento do programa, abria-se a possibilidade do início de um processo realmente progressista.

Os primeiros passos do governo foram, evidentemente, progressistas. Instaurado o Estado de Direito, restabeleceram-se e ampliaram-se as liberdades democráticas e foram revogadas velhas leis de repressão; no entanto, em seu lugar, começaram a ser impostas, por decreto, outras medidas de caráter semelhante. O governo defendeu a posição errônea da «continuidade jurídica», em nome da qual foram legalizados todos os decretos-leis do governo da «Libertadora». Assim, deu-se vigência a instrumentos policiais repressivos e a disposições pró-imperialistas e clericais do governo de fato da «Libertadora», inclusive as de caráter guerreiro, como a compra de um porta-aviões e outras ligadas ao projetado Pacto do Atlântico Sul.

Todos esses atos foram combatidos no momento oportuno pelo Partido Comunista que advertiu o governo a respeito de seu significado e do perigo de capitulando ante o imperialismo e a oligarquia; terminando realizando a política deles, repudiada a 23 de fevereiro. Os comunistas reclamamos, igualmente, a depuração democrática de todos os elementos militares e civis reacionários incrustados no Estado desde 1930. Tudo isto se fazia à base da luta operária e popular por suas reivindicações imediatas pelo desenvolvimento democrático e pela independência econômica nacional e por

uma política de paz, objetivando a formação de uma Frente Democrática Nacional e Pró-Paz.

Mas, o governo, apesar destes reclamos, compartilhados também por grande parte do próprio partido governante — a União Cívica Radical Intransigente — e por outros setores democráticos, foi cedendo à pressão do im-

perialismo e da oligarquia, ficando então evidente que o dr. Frondizi havia assumido compromissos com ambos, sem conhecimento da opinião pública. Esta política teve, no seio do governo, clara expressão no chamado grupo Frigério, ao qual os comunistas denunciaram desde o primeiro instante como entreguista e reacionário.

Simultaneamente, os grupos políticos repudiados pela vontade popular preparavam golpes de Estado para derrubar o governo ou submetê-lo a seu controle, a fim de fazer abortar a possibilidade democrática surgida a 23 de fevereiro e interromper o processo popular e democrático em desenvolvimento. O governo enfrentava o golpe de Estado, porém, ao mesmo tempo, cedia ao conteúdo da política golpista, com o que perdia prestigio perante o povo. Deste modo, também se enfraquecia diante dos grupos golpistas que, por outro lado, resistiam.

Face a esta situação, o Partido Comunista insistiu em seus apêlos públicos para que o governo se livrasse desses compromissos e rompesse o cerco imperialista e oligárquico, exigindo o cumprimento do programa de 23 de fevereiro.

A mobilização de massas contra essas concessões do governo foi crescendo em volume e combatividade. A resistência estudantil e popular ante a tentativa de clericalização do ensino — por meio do famoso artigo 28 — culminou com as maiores manifestações unitárias que o país já conheceu. A luta era, ao mesmo tempo, contra essas concessões do governo, contra o golpismo reacionário e pela mais ampla unidade democrática de ação. A 10 de outubro, 4 milhões de trabalhadores pertencentes a todas as organizações e setores em que está dividido o movimento operário, realizaram uma grande paralisação, apoiada por importantes camadas da população, contra a carestia de vida. Porém o governo, cada vez mais insensível aos reclamos do povo, a ignorou. Para ele tudo se reduzia, mais e mais, à habilidade das manobras de cúpula e ao empenho para conseguir a «ajuda» norte-americana para fazer frente à crise econômica e financeira, realmente séria. Os comunistas reconheceram e reconhecem que a situação econômica e financeira do país, produto de uma política reacionária e antipopular de décadas anteriores, era e é grave e que o governo tinha à sua frente sérios problemas a resolver; porém, ao prestar sua colaboração, indicavam o caminho difícil, mas possível das soluções populares e nacionais.

O déficit do balanço comercial alcançou 340 milhões de dólares em 1957. As importações aumentam; as exportações diminuem. Para cobrir o déficit, recorre-se a empréstimos do Fundo Monetário Internacional, o qual, para concedê-los, impõe condições políticas favoráveis ao dólar e contrárias ao aumento de salários — depois de um pequeno aumento — estão praticamente Estados Unidos. O Banco Central da Argentina carece de divisas para fazer frente aos compromissos assumidos; o país está sob ameaça de bancarrota financeira. Para os banqueiros, o aumento de salários é a causa fundamental da inflação. Todavia, os salários — depois de um pequeno aumento — estão praticamente congelados, enquanto os preços dos artigos subiram 37% nos últimos 18 meses. Devido aos baixos preços pagos por nossos produtos na área imperialista, perdemos somas fabulosas em dólares. Uma mudança de orientação no comércio exterior permitiria ao país contar, assim, com um aumento apreciável de divisas. Para impedi-la, o imperialismo agita a bandeira do anti-soviétismo.

O déficit em matéria de importação de petróleo poderia ser coberto, em grande parte, com essa mudança de orientação no comércio exterior, da mesma forma que a exploração argentina de petróleo poderia ser realizada sem concessões ao imperialismo, através da mobilização dos próprios recursos nacionais e de acordos com a União Soviética e a Romênia, iguais aos firmados recentemente pela Missão Licença em Moscou.

O governo, obstinadamente, persistiu no erro e cedeu à pressão entreguista do grupo Frigério, apesar da evidência de que o país podia ir para a frente sem capitular ante o imperialismo ianque e a oligarquia. A capitulação não era obrigatória; resultava, pois, voluntária. Nesse plano inclinado entreguista, o governo foi da de-

volução das empresas alemãs nacionalizadas — DINIE — a seus antigos donos, às concessões, ao truste de eletricidade CADE e às concessões econômicas e políticas aos homens do petróleo dos Estados Unidos. Tudo isto deu origem ao descontentamento e ao repúdio popular. A profunda consciência social, democrática e antiimperialista



Aspecto de uma das numerosas manifestações realizadas pelos trabalhadores argentinos

do povo argentino não podia tolerar o curso reacionário e entreguista imposto ao país pelo governo.

A oposição a esta política teve repercussão no seio da União Cívica Radical Intransigente, de sua juventude, da equipe de economistas e também do gabinete. As reservas democráticas que se mobilizavam e procuravam sua unidade eram cada vez maiores. A classe operária trava grandes lutas contra a carestia e pelos direitos sindicais. Lamentavelmente, porém, a classe operária está dividida, como resultado da política peronista de impor determinada ideologia política a uma parte dela. A divisão da classe operária é o fator negativo que mais se faz sentir no curso de todo esse processo; sua unidade teria permitido acelerar e concretizar a unidade democrática de ação, sem a qual a vontade popular não encontrará o caminho eficaz de sua exteriorização.

Os trabalhadores petrolíferos de Mendoza declaram greve por tempo indeterminado em sinal de protesto contra as concessões petrolíferas a

empresas norte-americanas, exigindo sua revisão. A greve é politicamente justa, apesar de nela existirem interesses peronistas e influências dos gorilas (chamados «gorilhas» aos elementos da extrema direita da «Revolução Libertadora»). Nestas condições, o presidente Frondizi faz um discurso, a 9 deste mês, no qual exige a suspensão da greve sob a ameaça de adotar severas medidas de repressão. Ele acusa aos comunistas e peronistas como responsáveis pela greve, por ele qualificada de insurreccional. Era evidente, então, que o presidente se encontrava, em sua residência de Olivos, semi-prisioneiro de um grupo militar que exigia dele a decretação do estado de sítio e a adoção de medidas repressivas. Apesar de algumas gestões encaminhadas no sentido de solucionar pacificamente o conflito com os trabalhadores petrolíferos — que ameaçava, por outro lado, estender-se a todo o país — cresce a tensão política em virtude da pressão daquele grupo militar. Re-

Conclui na pag. 11

Questão ABERTA

JOÃO ANTÔNIO

Depois de uma tramitação penosíssima, que durou mais de dez anos, está para sair da Comissão de Educação, da Câmara Federal, o projeto que fixa as Diretrizes e Bases do Ensino. Essa proposição chegou ao Palácio Tiradentes em forma de anteprojeto, quando era ministro da Educação, o sr. Clemente Mariani, ao tempo do governo Dutra, de saudosa memória. Encontrou ali um inimigo feroz: o sr. Capanema. Fez o representante mineiro uma jura. Enquanto fosse líder da maioria as Diretrizes e Bases não andariam. E assim aconteceu.

Mas o sr. Capanema deixou a liderança logo depois do 11 de Novembro. Seu canto de cisne, conforme todos se lembram, foi aquele discurso em que manifestava pontos-de-vista idênticos aos de seu conterrâneo Carlos Luz, a respeito da situação política. Visceralmente anti-democrático, o antigo ministro do Estado Novo não perdoou o 11 de Novembro. Entretanto o sr. Capanema também não foi perdoado pelo destino. Ao descer da tribuna, depois do discurso golpista, seguiu apressadamente para o Posto Médico, presa de desconforto nervoso de consequência irremediável. Para se retirar foi preciso que lhe trouxessem no carro da liderança (que lhe prestou com isso honroso e último serviço) outras calças.

Não se pense que ficou por aí a desventurosa e movimentada passagem do projeto de Diretrizes e Bases pela Câmara. Agora, estando ele pronto para descer ao plenário, surgiu novo incidente, quase tão sensacional quanto aquele canto de cisne do líder Capanema. Outro líder, o sr. Carlos Lacerda, tomou a si a incumbência de barrá-lo. Como? Através da apresentação de um substitutivo prolatório, na própria Comissão de Educação.

Contudo, o líder da UDN não faz parte da Comissão. Não poderia portanto pensar em apresentar aquele substitutivo num órgão técnico ao qual não pertence. Não poderia pensar, mas está pensando. E o sr. Coelho de Souza, por isso, deliberou dirigir consulta à Mesa, sobre o aspecto regimental da questão.

Que modificação importante pretenderia o sr. Lacerda introduzir à undécima hora no projeto? Nenhuma. Para que então o substitutivo? Para nada, pois a fórmula do líder da UDN, ao que se sabe, é idêntica à da Comissão de Educação.

O relatório do coronel Alexínio Bittencourt se conduz, no meio de críticas e apreciações técnicas, para dois objetivos que não podem ser apoiados pelos nacionalistas: fazer para a Petrobrás e impulsionar a ação dos grupos particulares interessados na exploração do petróleo boliviano. Na verdade, o coronel Janary Nunes não passa de um alto intermediário. Os objetivos efetivamente visados são aqueles dois.

No documento se pede — é certo — a imediata exoneração do atual presidente da empresa estatal. Mas, por que e para que? Por estar administrando mal? Por não cumprir as metas governamentais petrolíferas? Por violar a política nacional do petróleo? Para que um novo presidente administre bem, cumpra as metas e respeite a política do petróleo? Nada disso. Pede-se a exoneração do cel. Janary Nunes sob o fundamento de que sua permanência impedirá a revisão do programa oficial do petróleo, urgentemente necessária, e tornaria inviável a execução de um novo programa. Ai é que está o busil.

O que se pretende, então, no final das contas, é uma «revisão político-administrativa», segundo as palavras do próprio relatório. E o coronel Alexínio Bittencourt chega a deixar entrever as linhas básicas da mudança de orientação que julga necessária e urgente.

DE QUE VALE

O CNP?

Sabe-se que o Conselho Nacional do Petróleo tem como atribuições orientar e fiscalizar a aplicação da política do monopólio estatal. E seu presidente se tem mostrado cioso dessas atribuições. Fêz questão de anunciar com ênfase, no discurso que fez ao Conselho, que as mesmas seriam rigorosamente exercidas. Agora age, porém, em sentido diverso.

Se a direção da Petrobrás se afastou do cumprimento de nossa política petrolífera, o CNP devia fazer sentir sua ação. Ao coronel Alexínio Bittencourt, como seu presidente, cabia levantar o debate dentro do Conselho. E aí coletivamente se discutiria o assunto, tornando as decisões cabíveis. Mas, tal não ocorreu. O que ocorreu foi que o coronel Alexínio Bittencourt preferiu o caminho de um relatório pessoal ao presidente da República, com cópias — para certos jornais notoriamente entreguistas.

Estamos, assim, frente a uma proposta pessoal de «revisão político-administrativa» do problema do petróleo. E não se pode ocultar esse aspecto irregular da iniciativa, principalmente por se tratar de quem prometeu que o CNP iria exercer rigorosamente suas atribuições. Ou estaria o CNP contra o «novo programa» sugerido pelo seu próprio presidente ao presidente da República?

PARAR A PETROBRÁS

Sob três aspectos principais o relatório do cel. Alexínio Bittencourt se manifesta concretamente visando a estagnação das atividades da Petrobrás: pedindo poupan-

ção de divisas, a não construção de novas refinarias e a não aquisição de petroleiros. Não há, como se vê, argumento sério contra a construção de novas refinarias. O que se deve levar em conta é que, com a construção da Refinaria Duque de Caxias e da Refinaria de Minas Gerais, alcançaremos, em 1961, autossuficiência em derivados de petróleo. E se pode acrescentar que semelhante resultado não será bem visto pela Standard Oil. Naturalmente que os trustes petrolíferos preferirão que também nesse setor a Petrobrás comece a marcar passo. Seria até melhor que desse marcha à ré...

E quanto à frota de petroleiros? Acha o relatório que há abundante oferta de transporte internacional de petróleo e não deve a Petrobrás adquirir novos petroleiros, pois sua aquisição «não acarreta poupança cambial compatível com o investimento». Mas, ainda que verdadeira essa desproporção entre investimento e poupança cambial — o que é discutível — não é esse o aspecto principal do problema. Importa destacar que a autonomia da Petrobrás em transporte marítimo constitui fator da maior importância para sua ação independente no âmbito internacional. O plano para aquisição de superpetroleiros prevê que, até

Mas a verdade é que, de acordo com o esquema estabelecido, os investimentos em dólares da Petrobrás não podem ir além de 5% das exportações totais do país. E, quanto às cambiais, a lei reserva para a empresa estatal 80% da economia de divisas proporcionada ao país, anualmente, pela indústria petrolífera. Não se pode, pois, atribuir ao programa da empresa a responsabilidade pelo agravamento da situação cambial. E o indubitável é que a restrição das cambiais destinadas à Petrobrás representa uma diminuição de recursos indispensáveis ao seu desenvolvimento. Representaria tolher o desenvolvimento da empresa.

Também não merece apoio o ponto-de-vista contrário de novas refinarias. A tese do relatório é a de que se deve «aprimorar o parque de refinarias», sendo «injustificável a construção de novas refinarias». E isto porque executado o plano em vigor, a indústria nacional de refino terá a capacidade de 330.000 barris por dia de operação, em 1961, quando o abasteci-

mento total do mercado interno em derivados do petróleo reclamará apenas 300.000 barris. E de se perguntar: e nos anos seguintes? e a mar-

do ponto-de-vista contrário de novas refinarias. A tese do relatório é a de que se deve «aprimorar o parque de refinarias», sendo «injustificável a construção de novas refinarias». E isto porque executado o plano em vigor, a indústria nacional de refino terá a capacidade de 330.000 barris por dia de operação, em 1961, quando o abasteci-

mento total do mercado interno em derivados do petróleo reclamará apenas 300.000 barris. E de se perguntar: e nos anos seguintes? e a mar-

do ponto-de-vista contrário de novas refinarias. A tese do relatório é a de que se deve «aprimorar o parque de refinarias», sendo «injustificável a construção de novas refinarias». E isto porque executado o plano em vigor, a indústria nacional de refino terá a capacidade de 330.000 barris por dia de operação, em 1961, quando o abasteci-

Uma Solução Que os Nacionalistas Repudiam

RELATÓRIO ALEXÍNIO: PARAR A PETROBRÁS E CORRER ATRÁS DO PETRÓLEO BOLIVIANO

gem de segurança? e o cálculo do consumo estiver errado para menos?

1961, serão atendidas todas as necessidades do transporte nacional de cabotagem e 50% do transporte internacional de petróleo e derivados. E a empresa estará, assim, em melhores condições para comprar e ir buscar petróleo onde mais convier aos interesses nacionais.

Não há, pois, nenhuma dúvida: restringir as divisas, não construir novas refinarias, não comprar petroleiros significa querer impedir o avanço da Petrobrás. Em benefício de quem? A resposta é tão clara que dispensa formulação.

PARA A FRENTE COM ROBORE

Mas, não basta segundo o relatório Alexínio, fazer parar a Petrobrás. E também preciso tocar para a frente o acordo de Roboré, considerado de «excepcional importância». Chega-se a invocar «imperativos nacionais de ordem estratégica e diplomá-

O cel. Janary Nunes como alvo intermediário — Por que cambiais e nada de refinarias e petroleiros? — Renovado face ao relatório, os aplausos da imprensa entreguista de posse do presidente do CNP — Torna-se nítida, para os nacionalistas, a posição que deve ser assumida

Orlando Bomfim Junior

«... como razão para que o governo se empenhe ao máximo a fim de assegurar a vida de empresas nacionais à Bolívia.

Virá a oportunidade de se debater, no Congresso, o que contém de nocivo para nosso país o Acordo de Roboré. Por enquanto, basta que se tenha em vista este aspecto: restrições ao desenvolvimento da Petrobrás e empenho máximo para a exploração do petróleo boliviano. Evidentemente, não se coloca nessa orientação o interesse nacional.

O «Correio da Manhã» disse a respeito do discurso que «de que possa começar a execução cabal do acordo de petróleo.» Viu, na opinião do cel. Alencar de Sá, sobre a Petrobrás, coincidência com a do general estadual constitui matéria de «prova suficiente para essa comprovação — acrescentava — impune, não poderia ser feito «sem enxotar de dentro do Conselho a influência do sr. Janary Nunes.» E da linha: «quanto às decisões,

OS QUE BATEM PALMAS

Não se pode deixar de levar em conta a circunstância de que exatamente os jornais entreguistas se alvorçaram de júbilo ante o relatório Alexínio. O «Estado

DEPUTADO SÉRGIO MAGALHÃES:

FEREM OS INTERESSES NACIONAIS AS ALTERAÇÕES DO IMPÓSTO DE RENDA

Acaba de ser inesperadamente aprovada pela Câmara uma nova legislação do imposto de renda, na qual se contém um artigo dispondo sobre a reavaliação do ativo imobilizado das firmas ou sociedades, com base no coeficiente estabelecido pelo Conselho Nacional de Economia.

Ouvimos, a propósito, o deputado Sérgio Magalhães, membro das comissões que, na bancada do P. e na Frente Parlamentar Nacionalista, vêm estudando o Plano de Estabilização Monetária, no qual um dos itens é justamente a recomendação de apressamento da nova lei sobre o imposto de renda.

Considera o representante carioca que o projeto tal como foi aprovado, especialmente em sua parte referente à reavaliação do ativo das empresas, envolve perigosa ameaça ao desenvolvimento econômico da nação e ao ritmo de industrialização que o deverá assegurar.

PRIVILÉGIOS ODIOSOS

— Reconhecer como injusto o princípio do custo histórico é uma coisa. Admitir que as empresas estrangeiras reavaliem seus investimentos várias vezes, é outra coisa muito diferente. Explica em seguida: — Os que defenderam es-

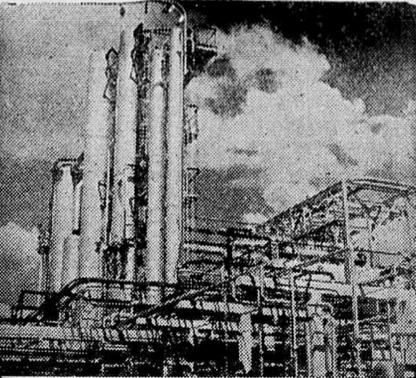
se dispositivo afirmam a correção do registro contábil, sem levar em consideração os tais índices de desvalorização e obsolescência, que ninguém sabe de que dados surgem e correspondem a um reajuste real do valor monetário dos bens. Acontece, portanto, que não há possibilidade de reajustamento sem a observação do valor de despesa sofrido pelo ativo que se quer reajustar, e

idêntica tem sido a reação dos demais órgãos antinacionalistas. Eles é que batem palmas à iniciativa do presidente do CNP.

Vide a pena recorde, a propósito, como essa mesma imprensa recebeu a nomeação do cel. Alexínio para a presidência do Conselho. Dias antes da posse, teve ampla divulgação um comentário do qual se falava em «motivação de profunda satisfação» pela escolha e na esperança

de uma nova era de colaboração, que nada tenha com os objetivos tacanhos de um estatismo purulento e criminoso. Na véspera da posse, foram propalados rumores de alteração na política do petróleo ao mudar a direção do CNP. E o discurso de posse foi aplaudido como fiador dessa transformação.

O «Jornal do Brasil» anunciou antecipadamente a orientação do discurso, que devia apresentar três metas ad-

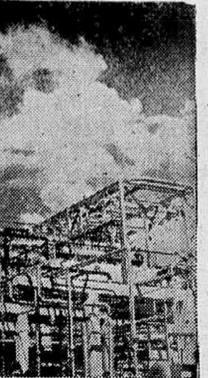


O desespero dos trustes internacionais de petróleo é o desenvolvimento vertiginoso da Petrobrás. Eles compreendem que, a continuar no ritmo atual, dentro de prazo relativamente curto nenhum artifício de propaganda surtirá efeito, pois nada mais terão que fazer em nosso país. E o que os patriotas esperam é que isso mesmo aconteça.

ministrativas: Petrobrás, Petroquímica, Petróleo da Bolívia. Informava ainda que, não entender do cel. Alexínio, «não há consciência formada de alteração na política do petróleo ao mudar a direção do CNP.» E o discurso de posse foi aplaudido como fiador dessa transformação.

duas, pelo menos, da maior relevância, aguardam a gestão que se inicia do cel. José Alexínio Bittencourt: a execução cabal do acordo de petróleo com a Bolívia e o estabelecimento no país da «petroquímica», que deve ser «confiada à iniciativa privada.»

Como se verifica, a imprensa entreguista bate palmas, agora, ao relatório porque considera renovadas as esperanças nascidas com a posse do cel. Alexínio na presidência do CNP. São aplausos que, evidentemente, não recomendam bem o relatório. E servem para esclarecer os nacionalistas sobre a posição justa a tomar.



Depois de ter feito um acordo clandestino com a maioria para a aprovação rápida do projeto sobre o imposto de renda, com a emenda que possibilita a reavaliação do ativo das empresas, o sr. Carlos Lacerda, sem dar resposta às gravíssimas acusações do deputado Alomar Baleiro na entrevista que concedeu a um vespertino no dia seguinte à recondução do líder ao posto, lei do selo e o Orçamento, cujo prazo fatal para a entrega ao Executivo esgotar-se-á no dia 30. Diz o sr. Herbert Levy, numa roda de jornalistas, que a intenção da oposição não é privar o país de uma Lei de Meios, mas, através do bloqueio do Orçamento, impedir que outros projetos venham à ordem do dia. Tendo sido aprovada na Comissão de Justiça, com os votos da oposição, a constitucionalidade do projeto que aumenta o número de deputados, é de crer que es-

se não estará iniciado entre aqueles que os comandados dos srs. Arinos e Lacerda desejam rechaçar. Mesmo porque, no Paraná, por exemplo, a UDN não conseguiu eleger, nem reeleger, um único representante.

Nesta altura dos acontecimentos já parece certa a candidatura do sr. Magalhães Pinto à presidência da UDN. Será uma vitória da ala realista contra o grupo Lacerda, que apóia a candidatura Herbert Levy.

Os jornais antiestatistas continuam a alimentar a exploração a luta aberta entre os coronéis Alexínio Bittencourt e Janary Nunes. A Frente Parlamentar Nacionalista analisa cuidadosamente os documentos oficiais nos quais os dois antagonistas expuseram as suas razões ao Presidente da República. O deputado Seixas Dória está inscrito para usar a tribuna na próxima semana, quando o analisará os dois

- ★ Privilégios odiosos são assegurados às empresas estrangeiras através da reavaliação do ativo
- ★ Agradamento suspeito e acordo secreto entre oposição e governo
- ★ Fator de agravamento da crise cambial

documentos, mostrando que naquele do presidente do C. N. P. repontam itens perigosos à integridade da lei do monopólio estatal e da própria sobrevivência da Petrobrás, sem que isso significasse os documentos oficiais nos quais os dois antagonistas expuseram as suas razões ao Presidente da República. O deputado Seixas Dória está inscrito para usar a tribuna na próxima semana, quando o analisará os dois

venientes do imposto, que o governo pretende aumentar. — A terceira retificação seria a formação de um artigo, determinando que, simultaneamente com a reavaliação agora autorizada, se obrigue a todas as empresas que dela se utilizarem a fazerem a conversão dos fundos de depreciação até então acumulados, à conta de reservas, para efeito fiscal de tributação de tais parcelas. A manutenção de isenção não se justifica, pois as importâncias acumuladas nesses fundos, e que se destinariam a corrigir o desgaste físico dos bens dos ativos, não mais procedem porque esses mesmos bens serão reajustados, segundo os que defendem este artigo, para o seu real valor monetário.

BASTIDORES DA POLÍTICA

MARIA DA GRAÇA

Mais uma semana parlamentar chega ao seu término em ambiente que se perdeu boa parte da amável densidade da semana passada, quando a crise militar ameaçava transbordar para a área civil, não deixa de ser, contudo, de apreensões tanto nas fileiras da maioria como da oposição. Em nenhum dos dois blocos em que se divide a Câmara restabeleceu-se, decorridos já mais de um mês e meio do pleito, aquela relativa unidade existente ao tempo da liderança Vieira de Melo e do apogeu do sr. Carlos Lacerda no comando da UDN. Vários fatores se conjungam, de um lado e de outro, para manter a desarticulação perceptível a qualquer observador. Entre eles, nas hostes da maioria, o abalo sofrido pelo PSD nas últimas eleições, o divórcio cada vez mais nítido entre o PTB e o partido de JK e entre o PSP e o PTB, cujos objetivos, face à suces-

ão presidencial, tornam cada vez mais difícil um acordo comum com vistas a alguns projetos de interesse do governo, no selo da oposição, ou mais propriamente falando, da UDN, onde parece haver uma orientação cada vez menos nacionalista, «realistas» e «não realistas» mantêm surda luta em torno da presidência do partido e do problema da sucessão presidencial, com implicações diretas sobre a linha política a ser aplicada nesta segunda metade do mandato de JK. Por outro lado, ou como consequência daqueles fatores de distúrbios internos, a liderança do sr. Carlos Lacerda aparece bastante abalada, conforme ficou provado no episódio desta semana, da sua renúncia, pela oitava ou décima vez apresentada, crescendo a olhos vistos o grupo dos descontentes e magoados com o líder.

Depois de ter feito um acordo clandestino com a maioria para a aprovação rápida do projeto sobre o imposto de renda, com a emenda que possibilita a reavaliação do ativo das empresas, o sr. Carlos Lacerda, sem dar resposta às gravíssimas acusações do deputado Alomar Baleiro na entrevista que concedeu a um vespertino no dia seguinte à recondução do líder ao posto, lei do selo e o Orçamento, cujo prazo fatal para a entrega ao Executivo esgotar-se-á no dia 30. Diz o sr. Herbert Levy, numa roda de jornalistas, que a intenção da oposição não é privar o país de uma Lei de Meios, mas, através do bloqueio do Orçamento, impedir que outros projetos venham à ordem do dia. Tendo sido aprovada na Comissão de Justiça, com os votos da oposição, a constitucionalidade do projeto que aumenta o número de deputados, é de crer que es-

se não estará iniciado entre aqueles que os comandados dos srs. Arinos e Lacerda desejam rechaçar. Mesmo porque, no Paraná, por exemplo, a UDN não conseguiu eleger, nem reeleger, um único representante.

Nesta altura dos acontecimentos já parece certa a candidatura do sr. Magalhães Pinto à presidência da UDN. Será uma vitória da ala realista contra o grupo Lacerda, que apóia a candidatura Herbert Levy.

Os jornais antiestatistas continuam a alimentar a exploração a luta aberta entre os coronéis Alexínio Bittencourt e Janary Nunes. A Frente Parlamentar Nacionalista analisa cuidadosamente os documentos oficiais nos quais os dois antagonistas expuseram as suas razões ao Presidente da República. O deputado Seixas Dória está inscrito para usar a tribuna na próxima semana, quando o analisará os dois

documentos, mostrando que naquele do presidente do C. N. P. repontam itens perigosos à integridade da lei do monopólio estatal e da própria sobrevivência da Petrobrás, sem que isso significasse os documentos oficiais nos quais os dois antagonistas expuseram as suas razões ao Presidente da República. O deputado Seixas Dória está inscrito para usar a tribuna na próxima semana, quando o analisará os dois

venientes do imposto, que o governo pretende aumentar. — A terceira retificação seria a formação de um artigo, determinando que, simultaneamente com a reavaliação agora autorizada, se obrigue a todas as empresas que dela se utilizarem a fazerem a conversão dos fundos de depreciação até então acumulados, à conta de reservas, para efeito fiscal de tributação de tais parcelas. A manutenção de isenção não se justifica, pois as importâncias acumuladas nesses fundos, e que se destinariam a corrigir o desgaste físico dos bens dos ativos, não mais procedem porque esses mesmos bens serão reajustados, segundo os que defendem este artigo, para o seu real valor monetário.

Dep. Sérgio Magalhães EVASÃO DE RENDAS

Cita, então, mais um dispositivo consignado no projeto aprovado, que dará margem, não somente a situação de privilégio garantido às poderosas empresas estrangeiras, como ainda a a sonegação das rendas pro-

o art. 59, pelo qual as empresas estrangeiras, norte-americanas em sua maioria, e as mais poderosas do Brasil, ficarão a coberto do chamado imposto adicional de renda, a incidir, sobre o «lucro extraordinário», além das possibilidades que lhes ficarão garantidas de enviar para o exterior soma maior de dividendos, «royalties», juros, amortizações de capital, rendas de investimentos, etc. fonte de escoamento de nossas divisas. As grandes empresas estrangeiras são as mais beneficiadas com as atuais alterações do imposto de renda.

— A discussão da matéria, de tão grande importância, se procedeu a jato. Não houve tempo sequer para o esclarecimento da matéria, nem para a apresentação de emendas. Combinações de cúpula, ou melhor um acordo entre os líderes de partidos, já inquinado de secreto, pois dele não se teve conhecimento, tornam a aprovação da nova lei e do art. 59 que leva em bôjo, bastante suspeita. Por isso mesmo é tida como uma vitória dos grupos econômicos, que possuem nesta Casa bom número de representantes seus.

Em discurso que proferiu há dias passados, o deputado Sérgio Magalhães formulou veemente apelo aos senadores, no sentido de que rejeitem o projeto aprovado, retirando dele dispositivos evidentemente lesivos aos interesses nacionais.

E conclui: — Se o Senado falhar, somente restará às forças nacionalistas e ao povo se unirem em poderoso movimento de opinião, para exigir que privilégios odiosos não sejam assegurados às empresas monopolistas estrangeiras, permitindo-lhes continuar, e já então em escala maior, a drenagem de divisas, tão necessárias ao desenvolvimento nacional, para fora do país.

O NOVO PLANO SEPTENAL SOVIÉTICO CAUSA ADMIRAÇÃO EM TODO O MUNDO

- Cifras impressionantes de aumento da produção
- Perspectiva grandiosa num momento de crise do capitalismo
- «Aumenta a força de atração política da sociedade comunista»

(1.ª de uma série de reportagens)

Um Pleno do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, realizado a 12 de novembro, em Moscou, discutiu e aprovou um Projeto de Teses, à base do Informe apresentado por Nikita Kruschiov, para o Vigésimo Primeiro Congresso do Partido, que terá lugar em janeiro do próximo ano. Trata-se das «Cifras de controle de fomento da economia da União Soviética para o período compreendido entre 1959 a 1965». Outro documento importante então discutido foi o projeto de teses, do CC do PCUS e do Conselho de Ministros da URSS, «Sobre o reforçamento das ligações da escola com a vida e o ulterior desenvolvimento do sistema de instrução pública no país».

Ambos os documentos foram amplamente discutidos pelos membros do Comitê Central do Partido Comunista e divulgados a 14 e 16 de novembro pela imprensa soviética a fim de serem discutidos por todo o povo. Os objetivos a que se propõe hoje a URSS são verdadeiramente gigantescos, como veremos a seguir.

O PONTO DE PARTIDA

Os documentos em apreço têm uma enorme importância para todos os povos que formam a União Soviética. Os 215 milhões de cidadãos soviéticos, o homem soviético está habituado, no curso

de 40 anos, a participar ativamente das decisões mais importantes do Partido Comunista e do governo para a construção do socialismo. Os planos quinquenais transformaram a fisionomia da velha Rússia atrasada de 1917 e projetaram-na no mundo como uma potência de pri-

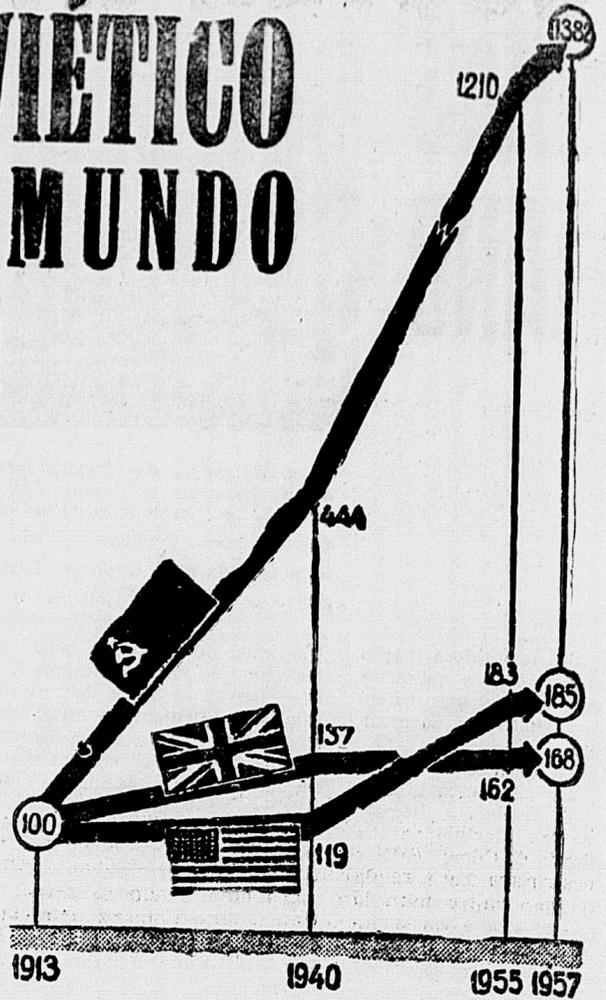
meira grandeza. Apesar das guerras, das destruições tremendas que sofreu, das terríveis perdas humanas, a URSS realizou todos os grandes objetivos que se propôs. De um país agrário passou a um país altamente industrializado. De um país onde o analfabetismo era uma chaga, é hoje um país sem analfabetos e que conta com o maior número de estudantes de cursos superiores e técnicos. Ultrapassou todos os países da Europa na produção industrial. No domínio científico — como demonstrou o Ano Geofísico Internacional — a URSS ficou em primeiro plano em muitos setores. Foi o primeiro país do mundo a lançar um satélite em torno da Terra. O seu terceiro «sputnik», de quase tonelada e meia, ainda hoje gira em redor do globo terrestre.

Se a Rússia atrasada e semifeudal, parcialmente arrazada, de 1917, conseguiu tornar-se a União Soviética de nossos dias, não há dúvida de que a URSS de hoje dará passos incomparavelmente mais impressionantes, quando já conta com uma base poderosíssima — na economia, na técnica, na ciência.

dependem todos os demais ramos fundamentais e o centivo de toda a economia do país — estas cifras serão pelo menos alcançadas, quando não ultrapassadas.

Outras cifras impressionantes nos oferecem as Teses a serem debatidas pelo XXI Congresso do PCUS. Além da metalurgia, desenvolver-se-ão em ritmo intenso as indústrias de combustíveis, energética e a química. Esta última deve triplicar sua produção atual. E mais de 100% crescerá a extração de petróleo e aumentará de aproximadamente 5 vezes a produção de gás. Em mais de duas vezes se elevará a produção de energia elétrica, sendo que neste ramo será dada preferência às usinas térmicas, inclusive as atômicas. Grandes centrais elétricas atômicas já estão em construção na URSS. Recentemente foi inaugurada a primeira seção de uma delas com a potência de 100 mil kilowatts, devendo atingir a 600 mil uma vez concluída. Ninguém ignora a importância da indústria de máquinas. Pois durante o novo plano econômico soviético, nesse país onde as máquinas substituem dia a dia o trabalho do homem e os programas de automatização têm proporções vastíssimas, a produção mecânica crescerá de quase 100%.

Resumindo estas cifras básicas do projetado plano septenal soviético, diremos que a



A URSS ultrapassa todos os países capitalistas quanto ao ritmo de crescimento da renda nacional. Em 1957, a renda nacional no país dos soviets havia aumentado mais de vinte vezes em relação ao ano de 1913, enquanto nos Estados Unidos, no mesmo período, aumentou 3,2 vezes. Na proporção por habitante a renda nacional da URSS cresceu de 1913 a 1957 em quase 14 vezes; os EE. UU. 1,8 vezes, a Inglaterra e a França 1,7 vezes. (O gráfico acima foi publicado em «Pravda». As bandeiras indicam o crescimento da renda nacional de cada um dos três países — URSS, Inglaterra, EE. UU.)

NOVO SALTO NA INDÚSTRIA

Desde a fundação do Poder Soviético por Lênin em 1917, logo depois da Revolução, o governo soviético se propôs como principal objetivo a industrialização do país. Somente com a produção de grandes quantidades de ferro e aço, de máquinas e equipamentos, de produtos químicos e energia elétrica seria possível superar o atraso secular do país, praticamente cercado pelas potências imperialistas. Vencendo cerrada oposição interna, os dirigentes bolcheviques deram primazia à indústria pesada. E, através dos planos quinquenais (só interrompidos pela agressão nazista em 1941), a União Soviética construiu por toda parte grandes fábricas e usinas, pôs em exploração minas e quedas d'água, mecanizou a agricultura socialista.

O plano atualmente em execução elevou a produção de aço a 55 milhões de toneladas e a de ferro fundido a cerca de 40 milhões. Pois apesar do extraordinário incremento da produção de ferro e aço no pós-guerra, o novo plano septenal se propõe a alcançar na fundição de ferro 65 a 70 milhões de toneladas, e na de aço — 88 a 91 milhões.

Tratando-se de um ramo básico da indústria — de que

DAS TESES DO CC DO PCUS:

«O povo soviético, coeso em torno do Partido Comunista, atingiu tais altitudes, realizou tão grandiosas transformações, que dão a possibilidade a nosso país de passar agora a um novo e importante período de seu desenvolvimento — o período da construção impetuosa da sociedade comunista».

produção global de toda a indústria soviética no período de vigência do plano aumentará de cerca de 80%, enquanto a produção de meios de produção (fábricas, usinas, máquinas, construções, matérias primas, etc.) crescerá de 85 a 88%.

ALGUMAS PARTICULARIDADES

Queremos chamar a atenção dos nossos leitores para algumas particularidades do novo plano econômico.

EM PRIMEIRO LUGAR, ele visa continuar a criar uma base potente para o estabelecimento de condições de vida que possibilitem a transição do socialismo ao comunismo. O próprio plano denomina-se de PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE COMUNISTA. Quer dizer, trata-se de proporcionar a cada cidadão soviético os bens de subsistência DE

ACÓRDO COM AS SUAS NECESSIDADES, e já não apenas como atualmente — de acordo com o seu trabalho.

É evidente que uma maior potência da indústria pesada soviética favorecerá enormemente o aumento da produção de bens de consumo e de comodidades (habitação, por exemplo). As fábricas de tecidos, de calçados, de gêneros alimentícios contarão com máquinas e equipamentos mais modernos, podendo aumentar consideravelmente a sua produção. As fazendas coletivas e do Estado terão a seu dispor mais tratores e instalações que possibilitarão novo incremento da produção agro-pecuária.

OPINIÃO DO «N. Y. TIMES»

O novo plano soviético está sendo comentado com admiração em todo o mundo. O diário norte-americano «New York Times», um dos portavozes da grande burguesia dos Estados Unidos, referindo-se ao programa do Plano Septenal soviético, traduziu o grande recio, quase pânico dos círculos imperialistas mundiais ante o formidável crescimento das forças produtivas na URSS nestas palavras: «A Rússia, que há 40 anos era um país atrasado, servirá de exemplo de rápido desenvolvimento econômico. Isto, sem dúvida, produzirá profunda impressão aos povos que não encontram libertação efetiva da pobreza nas condições do capitalismo... O aumento vertical do nível de vida na União Soviética aumentará a atração política do sistema comunista.» Neste caso, só podemos dizer que o «New York Times» tem razão.

EM SEGUNDO LUGAR, este plano de aumento da produção em toda a economia soviética é elaborado numa época em que a economia do mundo capitalista entra em crise. Nos Estados Unidos, a maior potência capitalista, a produção de ferro, aço, maquinaria está grandemente reduzida. Existem mais de 4 milhões de cidadãos americanos desempregados, quer dizer 4 milhões de famílias que não têm garantida sua subsistência. A crise ameaça seriamente países como a Inglaterra, a Alemanha Ocidental, a França. Seus reflexos, inevitavelmente, se farão sentir em todo o mundo capitalista — a menos que medidas energéticas sejam adotadas nos países cuja economia está intimamente entrosada à americana (como o Brasil).

Há outros aspectos do Plano Septenal soviético que mostraremos aos leitores de VOZ OPERÁRIA em números subsequentes. Trataremos, em particular, dos seguintes assuntos:

— O plano e as condições de vida do povo.

— Um sistema de instrução pública ligado à vida.

DICIONÁRIO

ESTRUTURA ECONÔMICA DA SOCIEDADE

Estrutura econômica, ou base, da sociedade é a categoria do materialismo histórico que define o conjunto das relações de produção que caracterizam um determinado regime econômico-social. A estrutura econômica da sociedade é formada por três elementos: a) as formas de propriedade sobre os meios de produção; b) o lugar que ocupam os diferentes grupos sociais no sistema de produção e suas relações mútuas, o que decorre naturalmente da forma de propriedade existente; e) as formas de distribuição dos produtos, que dependem igualmente das formas de propriedade. O caráter da base econômica da sociedade varia, portanto, de acordo, fundamentalmente, com as formas de propriedade. Será antagonista se os meios de produção estiverem em mãos de particulares, grupos ou classes que se valem deles para explorar outras pessoas, grupos ou classes. Será não antagonista no caso de caber a toda a sociedade a propriedade sobre os meios de produção. Dêsse modo, nas sociedades escravista, feudal e capitalista, que se baseiam na propriedade privada sobre os meios de produção, a estrutura econômica tem um caráter antagonista, pois as relações que ela engendra são as de dominação e subordinação, de exploração de uma parte da sociedade em benefício de outra. O antagonismo de classes que existe nos regimes escravista, feudal e capitalista tem aí as suas raízes.

A estrutura econômica da sociedade não é, portanto, imutável. Ela se modifica no transcurso da história, à medida em que o desenvolvimento das forças produtivas exige novas relações de produção, mais avançadas. A história do desenvolvimento e substituição das diferentes bases é, ao mesmo tempo, a história do desenvolvimento e substituição dos diferentes tipos de relações de produção.

A base econômica pode sofrer também determinadas modificações nos marcos de uma mesma formação social. Claro, não se trata aí de modificações que alterem o caráter essencial das relações de produção, das formas de propriedade. Lênin demonstrou, por exemplo, que o surgimento do imperialismo provocou profundas modificações na base econômica da sociedade capitalista, antes de tudo o domínio absoluto dos monopólios. Modificações que repercutiram, por sua vez, sobre a super-estrutura capitalista, dando lugar ao recrudescimento da reação em toda a linha, tanto no aspecto político como no ideológico.

A função da base consiste em servir economicamente à sociedade. Ela contribui, enquanto as relações de produção são progressistas, para o desenvolvimento das forças produtivas. E, ao contrário, passam a constituir um freio ao pleno florescimento das forças produtivas quando as relações de produção se tornam antiquadas e reacionárias: é o que acontece, hoje, em escala mundial, com as relações de produção capitalistas.

A cada base econômica corresponde uma determinada super-estrutura. É o assunto que abordaremos da próxima vez.

DE LÊNIN:

«SOMENTE com o socialismo se iniciará um rápido, um autêntico, um verdadeiro movimento ascendente de massas, em todos os domínios sociais e da vida privada, com a participação da MAIORIA da população e, depois, de todo o povo.»

CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO AMEAÇA OS MOTORISTAS

Eventos da Vida **SINDICAL**

A Federação Interestadual e a Confederação não se preocupam com as reivindicações dos trabalhadores — Luta pelo salário mínimo profissional — Empresas apoderam-se das contribuições dos operários ao IAPETC — O ante-projeto do Código Nacional de Trânsito — Luta pela realização do I Congresso Nacional da corporação

A realização de um Congresso Nacional para discutir os problemas da categoria profissional é uma aspiração dos motoristas de todo o país que ainda não pôde ser concretizada, principalmente por falta de interesse das suas organizações sindicais de grau superior. O Presidente e o Vice-presidente da República prontificaram-se a dar toda a ajuda para que o I Congresso Nacional dos Condutores de Veículos Rodoviários fosse realizado em Brasília, até o mês de outubro último. No entanto, a Federação e a Confederação, a quem cabe convocar o conclave, nada fizeram para isso.

DEMOCRATIZAR A FEDERAÇÃO

Existem duas Federações de sindicatos de motoristas. Uma abrange as entidades sindicais do Estado de São Paulo. Outra é interestadual, com sede no Rio, e congrega 23 sindicatos dos demais Estados. Pertencem à Confederação dos Trabalhadores em Transportes Terrestres. Particularmente, a Federação sediada no Rio e a Confederação não se preocupam com as reivindicações da corporação. Na greve dos motoristas de transportes coletivos do Distrito Federal, em junho do corrente ano, apesar da grande repercussão do movimento na vida da cidade, nenhuma dessas entidades manifestou o mínimo interesse. Enquanto Federações há que reúnem o seu conselho de representantes semanalmente, os conselheiros da Federação dos Motoristas há mais de um ano não são convocados. A entidade permanece fechada nas mãos dos srs. Avelino Vieira de Castro, presidente, Carilo Coutinho, secretário-geral e Francisco M. Copam, tesoureiro.

Em fevereiro do próximo ano, haverá eleições para a diretoria. Os representantes dos sindicatos precisam, pois, estar atentos e aproveitar a oportunidade para democratizar a Federação, elegendo diretores que se interessem efetivamente pelas reivindicações da corporação.

REIVINDICAÇÕES
Uma das reivindicações dos motoristas em âmbito nacional é a conquista do salário mínimo profissional.

respective comprovamos e despedem aqueles que os reclamam. Apropriam-se indebitamente do dinheiro. Assim, é frequente trabalhadores recorrerem ao Instituto, quando dele necessitam, e serem surpreendidos com a revelação de que não têm direito a benefício algum, pois as suas contribuições não têm sido recolhidas. No Distrito Federal destacam-se nesta prática criminosa, com a qual além de roubar o dinheiro dos trabalhadores os deixam desamparados em caso de necessidade, as empresas de Viação Elizabet, Redentor, Pajussara, Castelo Auto Ônibus e outras. Quando isso acontece na capital da República, em outros locais do país, onde o movimento sindical é menos adiantado, a situação deve ser bastante pior.

CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO

Os motoristas de todo o

A NOVA FASE DA LUTA PELO SALÁRIO MÍNIMO

ROBERTO MORENA

A Comissão do Salário Mínimo do Distrito Federal (21.º Região), decidiu por 8 votos (5 dos vogais dos empregados e 3 dos vogais dos empregadores) contra 2 (dados pelos representantes patronais), que existem as condições exigidas no parágrafo 2.º do artigo 116 da CLT, para se modificar o valor do salário mínimo antes de decorridos os três anos da data da elevação efetuada a 14 de julho de 1956.

Essa decisão deverá influir nas restantes Comissões do Salário Mínimo em todo o país, que ainda não votaram a exceção. A batalha travou-se durante oito reuniões consecutivas, para vencer a resistência dos empregadores que se valem de dispositivos arbitrários da lei vigente para sonegar, negar fatos suficientemente comprovados, como a alarmante alta do custo de vida.

Agora, trata-se de decidir a quantia a ser estabelecida para o novo salário mínimo. Os cálculos iniciais são formulados pelo já tão famoso Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho. Este órgão do MTIC só anda à custa de pressão e de reclamações. Pela palavra do Presidente da República os cálculos do SEPT deverão ser conhecidos até o dia 10 de dezembro próximo. Nos próprios fundamentos do Plano de Estabilização Monetária, o governo aventa uma meta para o salário mínimo. Este cálculo não atende às necessidades dos trabalhadores e nem está de acordo com as modificações operadas na situação econômica e financeira do país, isto é, desde julho de 1956.

Agora é que se torna necessária a maior mobilização e unidade dos trabalhadores e das organizações sindicais. No Distrito Federal, as decisões da reunião sindical do dia 31 de outubro tiveram êxito. Mais de vinte e cinco organizações sindicais, das mais expressivas, realizaram assembleias para exigir a excepcionalidade. Essas assembleias fizeram sentir ao governo que não se podia protelar mais essa medida. Igualmente reclamaram contra o inaceitável aumento dos gêneros de primeira necessidade e da ameaça que pesava nos aumentos dos alugueis.

Não se pode esperar tranquilamente que o SEPT trate da questão. Já os sindicatos decidiram que o salário mínimo a vigorar, modificado, deve ser de 6.000 cruzeiros para cima. Há também outros cálculos baseados em estudos feitos por entidades sindicais. O que não se pode admitir é que essa elevação não corresponda ao aumento verificado no custo de vida.

Outro assunto de suma importância é a contenção do custo de vida. O governo, premido pela luta dos trabalhadores e pelos movimentos populares que não cessaram ainda, decretou o congelamento dos preços de certos gêneros de primeira necessidade, numa tabela bem alta. Confiou o seu cumprimento a órgãos desmoralizados como a COFAP e as COAPs e também a ação da polícia. O que é preciso é estender o congelamento aos atacadistas, aos frigoríficos, aos grandes produtores de cereais, estancar a corrida de impostos, impedir que as grandes empresas estrangeiras (como a Light, a Standard, etc.) enviem grandes lucros para seus países de origem.

A luta começou e se amplia nessas duas frentes: aumento de salário e congelamento e barateamento do custo de vida. Não pode cessar um só instante senão malogra qualquer iniciativa. Estão programadas passeatas e atos públicos. Mas nas fábricas e nas concentrações populares é que deve ser mantida a mobilização e a unidade.

Antes do 31 de dezembro devemos conquistar o novo salário mínimo e manter a luta pelo verdadeiro congelamento de preços, para que o novo salário mínimo tenha de fato um real poder aquisitivo.



Os motoristas movimentam-se para modificar o ante-projeto do Código Nacional de Trânsito que ameaça com maiores dificuldades ainda o exercício da profissão.

Brasil poderão ver plorar tremendamente as suas condições de trabalho se não lutarmos não lhes fornecermos os recursos com energia e decisão para que isso não aconteça.

Nos primeiros dias de dezembro próximo, deverá reunir-se em Quitandinha, um Congresso de Inspetores de Trânsito, o qual discutirá um ante-projeto de Código Nacional de Trânsito. Trata-se, segundo tudo indica, de um código de castigos a ser imposto aos motoristas brasileiros, que em cidades como o Rio de Janeiro ficarão praticamente impossibilitados de trabalhar, a menos que o façam apenas para pagar as multas, tantas e tão absurdas são as exigências que lhes faz.

O código, segundo dizem líderes da corporação, prevê a cassação dos documentos de habilitação profissional e, em casos como de embriaguês, falta de aptidão moral e outros, deixa isso a critério de uma autoridade indefinida, que poderá ser um guarda irresponsável, como existem muitos, ou um dos "colaboradores de trânsito" sem

idoneidade comprovada, criada pelo próprio código. O mais grave porém, é que o ante-projeto estabelece os casos em que deverão ser aplicadas as multas, mas quer que o montante destas seja fixado após a aprovação do código e fique ao arbítrio do Conselho Nacional de Trânsito. Procura assim usurpar uma atribuição do Congresso Nacional. Tendo a Câmara dos Deputados ordenado o desdobramento do ante-projeto inicialmente apresentado, separando-se a parte da regulamentação, o Conselho na verdade reduziu o trabalho, limitando-o ao Código propriamente dito e incluindo-lhe um dispositivo atribuindo-se o direito de regulamentá-lo.

LUTAR PELA REALIZAÇÃO DO CONGRESSO

Todos esses problemas exigem discussões dos trabalhadores. Há a necessidade de coordenar nacionalmente a luta pela conquista do salário mínimo profissional, discutir o ante-projeto do Código Nacional de Trânsito à luz das condições de trabalho nos Estados e elaborar as emendas

necessárias, ou mesmo um Substituto para ser apresentado na Câmara. Daí a necessidade de ser convocado com urgência o I Congresso Nacional dos Condutores de Veículos Rodoviários.

Segundo opinião de dirigentes dos motoristas com quem conversamos, o Congresso deveria incluir no seu teor, entre outros, os seguintes pontos: 1º — Exame do ante-projeto do Conselho Nacional de Trânsito; 2º — Salário mínimo profissional; 3º — Previdência Social; 4º — Regularização da situação dos associados em relação ao IAPETC e medidas para pôr termo às práticas desonestas das empresas.

Os sindicatos devem fazer pressão sobre a Federação e a Confederação para que convoquem o Congresso, em vez de continuar sabotando-o. Assembleias devem ser convocadas e telegramas enviados à Federação e à Confederação, exigindo o Congresso, bem como ao Deputado Fernando Ferrari e a todos os líderes de bancadas, solicitando a aprovação do projeto que estabelece o salário mínimo profissional para os motoristas.

Férias para operários da Leopoldina

Ferrovários da Leopoldina enviaram à Câmara Federal um memorial com 199 assinaturas denunciando o não cumprimento, por parte da Estrada, de direitos que os trabalhadores têm assegurados em lei. Entre esses direitos, dizem, está o gozo de férias anuais de 50 dias, conforme recebem os ferroviários da Central do Brasil, Santos-Jundiaí e outras ferrovias, inclusive muitos da própria Leopoldina.

Não tem justificativa, portanto, o tratamento discriminatório dispensado aos operários desta última empresa.

A BATALHA DA DIFUSÃO

BATALHA DA DIFUSÃO
Insistimos em solicitar dos
nossos agentes em todo o

PLENO DO CC DO PC DA TCHECOSLOVÁQUIA

De 13 a 14 de novembro, realizou-se em Praga uma reunião plenária do Comitê Central do Partido Comunista da Tchecoslováquia. O pleno discutiu problemas ligados à elevação do nível de vida, revisão do sistema de salários dos operários e construção residencial. No pleno apresentou um informe o secretário do CC do PC Tch., Antonín Novotný. O Comitê Central constatou que a revisão do sistema de salários dos operários pode efetuar-se através do aumento geral do salário nominal. A fim de resolver o problema da habitação, serão construídos, até 1970, 1 milhão e 200 mil apartamentos.

O Birô Político do CC do PC da Tchecoslováquia está elaborando um documento do Comitê Central sobre estes problemas, o qual será submetido à discussão de todos os trabalhadores. A discussão do documento terminará a 15 de janeiro de 1959.

«TERCEIRA FORÇA» UMA VARIANTE...

Conclusão da pag. 9
ca progressista e independente, mas ao mesmo tempo concentram os seus ataques sobre os comunistas, contra os quais difundem calúnias e adotam uma atitude de discriminação. O anticomunismo da "terceira força" vai desde o debate ocasional no campo doutrinário até a repetição de chavões policiais como "agentes de Moscou", "provocadores vermelhos", etc. É frequente, por exemplo, entre os paladinos da "terceira força", a opinião de que o movimento nacionalista deve ser estruturado e atuar "sem os comunistas" e até mesmo "contra os comunistas". São habituais também as suas frustradas tentativas de isolar os comunistas do movimento operário. Semelhantes pontos-de-vista eram expostos com toda sencerimônia no boletim "Inter", assim como são defendidos, atualmente, pelo semanário "O Nacional" e em diversas colaborações publicadas pela revista mensal "Panfleto".

O objetivo visado pela "terceira força" é excluir os comunistas da frente única nacionalista e democrática. E que seria do movimento antiimperialista e da luta pela democracia no Brasil sem a participação ativa dos comunistas? Todas as pessoas honestas, até mesmo os adversários, reconhecem que o grau de penetração atingido pelas idéias antiimperialistas na consciência do povo brasileiro se deve, em grande medida, à ação esclarecedora e abnegada dos comunistas, ao seu imenso esforço no sentido de unir todos os patriotas e democratas na luta comum pela independência nacional e pela liberdade. Pretender, portanto, lutar contra o imperialismo e a reação, mas fazer dos comunistas o alvo preferido de uma campanha sistemática e caluniosa, é criar embaraços à frente única das forças nacionalistas e populares, enfraquecê-la e, desse modo, obstar a formação de uma força que seja capaz, efetivamente e não só em palavras, de conduzir até à vitória a luta libertadora do povo brasileiro. Esse, precisamente, é o papel pernicioso a que se prestam os partidários da "terceira força". A sua alardeada "independência de opinião" serve, assim, magnificamente, aos imperialistas e aos grupos mais reacionários.

Como se vê, nada existe de comum entre a chamada "terceira posição" e a política de neutralidade, que adquire um número cada dia maior de adeptos em numerosos países, inclusive o Brasil. A política de neutralidade, de um modo geral, corresponde a uma etapa no desenvolvimento de determinadas nações, serve à causa da paz e tem um caráter progressista. E em regra, a política hoje adotada por uma série de países que se libertaram da condição de colônias e tomam o caminho do desenvolvimento independente, como a Índia, a Indonésia, a RAU, etc. Tal política não admite, mas ao contrário repele, as atitudes

Pais que respondam com a máxima urgência às circulares que lhes enviamos tratando de assuntos de interesse de nossa empresa. Este apelo é extensivo aos nossos agentes do Rio Grande do Sul com referências aos débitos para com a Sucursal de Porto Alegre, e às remessas diretamente do Rio, em futuro próximo, além dos assuntos outros de que tratam nossas circulares.

As remessas de VOZ OPERÁRIA serão interrompidas, temporariamente, para as seguintes agências a partir da próxima edição n. 496 de 5 de dezembro próximo: Campinas, Catanduva, Pompeia (EB), Taciba, Angra dos Reis, Cabo Frio, Campos, Itaguaí, Marques de Valença, Magé, Tres Rios, Volta Redonda, Cataguazes, Juiz de Fora, S.S. Paraíso, Uberlândia e Ponta Grossa.

NOTA AO LEITOR

Se as bancas de seu bairro e de sua rua não fôr encontrada à venda VOZ OPERÁRIA, informe à gerência pelo telefone — 42-7344.

AOS AGENTES DA VOZ OPERÁRIA
AVISO IMPORTANTE: As faturas de novembro segui-

irão juntamente com a edição n. 496 de 5 de dezembro próximo.

NOVA AGÊNCIA: Henrique Lages.

AGÊNCIAS RESTABELECIDAS: Cambará e Rio Bonito.

AGÊNCIAS REDUZIDAS: Mogi das Cruzes menos 25%.

NOVOS ASSINANTES: Goiânia (1) e Aracajú (1).

Henrique Lages — S. Carolina — Liquidou sua conta e passa a receber VOZ OPERÁRIA, diretamente do Rio.

PAGAMENTOS DE 20/11 A 25/11/58: Campina Grande Cr\$ 500,00, Curitiba Cr\$ 350,00, Altinópolis Cr\$ 112,50, Recife Cr\$ 2.000,00, Franca Cr\$ 300,00, Rio Bonito Cr\$ 300,00, Cambará Cr\$ 152,00, C. Itapemirim Cr\$ 300,00, Mogi das Cruzes Cr\$ 1.400,00, Salvador Cr\$ 2.902,30, Manaus Cr\$ 600,00.

Os Correios estão devolvendo os jornais dos assinantes Hamilton A. Gonçalves de Goiânia, Cirle Apolônio da Silva de Escalva-Pernambuco, e de Renato Machado, de Rio Flores-Estado do Rio, com os seguintes dizeres no verso do pacote: mudou-se sem deixar endereço.

discriminatórias contra os países socialistas. Os Estados que a realizam não são socialistas, mas por desejarem a paz e o progresso independente, são amigos e aliados da URSS, da China e demais países do campo socialista. Em relação às questões internacionais, esses Estados marcham quase sempre, ao lado das potências socialistas, a cuja ajuda recorrem, igualmente, para a solução dos seus problemas internos. Não existe nessa política nenhum anti-sovietismo, nenhuma atitude preconcebida de oposição aos países do campo do socialismo. Os próprios fatos estão demonstrando que essa é a política indicada para assegurar o progresso independente de uma série de países que, não sendo socialistas, querem marchar para um futuro próspero, num mundo de paz.

No Brasil, camadas sociais cada dia mais amplas inclinam-se para uma política de neutralidade ativa. Essa tendência reflete não só os interesses de certos setores das classes conservadoras identificadas com o progresso econômico do país, mas também os anseios gerais de paz e independência do povo brasileiro. Ela corresponde às necessidades reais do nosso país.

Tal política está longe de significar adesão ao campo do socialismo. Isso seria simplesmente utópico, nas presentes condições. O que ela exige é uma linha de independência, em substituição à atitude até agora adotada pelo governo brasileiro: de isolamento e hostilidade em relação aos países socialistas e de submissão ao imperialismo norte-americano.

Para que venha a prevalecer uma política desse tipo é indispensável que se fortaleça, incessantemente, a frente única de todos os patriotas e democratas, acima de suas divergências ideológicas. E a frente única, para se tornar a força poderosa que os interesses do Brasil reclamam, não pode admitir as discriminações anticomunistas de que se fazem porta-vozes os "teóricos" da "terceira posição". A realidade, aliás, vem comprovando o fracasso irremediável do anticomunismo, qualquer que sejam as suas máscaras. Está aí o exemplo das últimas eleições: ali onde os setores progressistas das classes conservadoras se aliaram mais solidamente ao proletariado através de sua vanguarda, os comunistas, foi mais nítida a vitória das forças nacionalistas e democráticas.

Os ideólogos da "terceira força" costumam exibir-se como políticos de "opinião própria", acima de facções. Mas o que acontece é que essas opiniões, apesar de sua aparência esquerdista, têm uma mesma origem e visam o mesmo fim: o anticomunismo e o anti-sovietismo. Que originalidade têm essas opiniões, portanto? Ao invés de originais, essas são opiniões que coincidem, no final das contas, com os pontos-de-vista dos imperialistas e seus porta-vozes.

A ATUAL SITUAÇÃO POLÍTICA.

Conclusão da pag. 5

nuncia Frigério. Parecera que isto fôra favorável — em meio ao desfavorável — às exigências populares; mas a renúncia é puramente formal. Frigério e seu grupo continuam dirigindo a política econômica e financeira. No dia 10 de novembro, à noite, é decretado o estado de sítio, e durante a madrugada do dia 11 são realizadas prisões e invasões de domicílios, em todo o país, de peronistas e comunistas. Isto era a prova de que o governo obedecia cada vez mais

diretamente às imposições do imperialismo norte-americano. Mesmo assim, ante a gravidade da situação, o Partido Comunista e sua imprensa mantiveram uma posição serena de crítica a estas novas concessões, instando o governo a seguir o caminho da solução democrática e nacional mediante a adoção de um mínimo de medidas que permitiriam a unidade democrática de ação e consolidando à base popular para resistir às exigências imperialistas.

O governo, porém, não deu ouvidos a este apelo democrático e patriótico. A capitulação reacionária foi se precipitando. O presidente, enfermo, decidia cada vez menos. Transformava-se mais e mais num instrumento de grupos militares que diziam defendê-lo, assim como da pressão dos que, por outro lado, aceleravam os preparativos do golpe de Estado. Entre ambos, o presidente ficou completamente isolado do povo. E a luta entre os grupos rivais foi se degenerando rapidamente em uma luta pelo poder, à margem dos verdadeiros interesses populares.

No dia 12, o vice-presidente, dr. Gomez, denuncia que um militar o advertiu a respeito de um imminente golpe de Estado contra o governo, em virtude do que solicitou a Frondizi a passagem do poder para ele. O frondizismo se volta contra o vice-presidente da Nação, a quem acusa de traição. A situação se torna confusa. Gomez levanta alguns pontos progressistas do programa de 23 de fevereiro, enquanto Frondizi persiste em sua política pró-imperialista.

Que havia, porém, por trás de Gómez?

É o clima propício de confusão para que surjam novos grupos de golpistas. Estes vão se definindo nestes momentos nas seguintes direções:

— No governo, vai-se impondo o grupo denominado «Dragão Verde» dirigido pelo sub-secretário do Ministério da Guerra, coronel Raimundo. Neste grupo unem-se expressões ideológicas diversas: alguns se chamam «masseristas», entendendo-se por isto uma atitude não imperialista, porém com ditadura militar e supressão dos partidos políticos. Este grupo integra, sem dúvida, o governo e sustenta a Frondizi em sua política pró-imperialismo.

— Enquanto isto, o governo perde forças militares no interior do país.

— Ao que parece, Raimundo «apóia» o governo contra o grupo golpista de fora, com o objetivo de tomar o poder de dentro.

— O vice-presidente Gomez representa uma tendência intermediária e oportunista entre dragões e gorilas, ou uma ponta de lança dos últimos.

— O grupo conspirador situado fora do governo possui dois matices:

a) o mais moderado de Aramburu — ex-presidente de fato da «Revolução Libertadora» — que aspira, como Raimundo, a golpear o governo por dentro;

b) o grupo mais extremista do general Labayru.

— Vinculado a um e outro destes últimos grupos estariam o do almirante Rojas — ex-vice-presidente de fato da «Revolução Libertadora» — e outros grupos nazistas e conservadores.

Esta é a situação atual. Como vemos, o futuro do país depende do triunfo de um ou outro grupo. Todos preparam o caminho para o assalto ao poder. Nenhum deles tem força suficiente para impor-se aos demais. O triunfo de qualquer deles conduziria à guerra civil, ao caos e à anarquia. Nenhum desses grupos expõe seus objetivos concretos. Tudo se faz à revelia da vontade popular. É a última consequência do vício, surgido em 1930, de resolver-se toda divergência pelas armas. O Estado de direito está sendo novamente sacrificado. Avizinhava-se para o país horas de dor, sangue e ruína. Tudo isto em consequência da pressão norte-americana e da obstinação dos governos anteriores e do atual em servir a es-

val se radicalizando. Se os Estados Unidos estão empenhados em ganhar a batalha argentina é porque também há uma batalha popular argentina, a mais profunda de toda a América Latina, que vem sendo travada ano após ano e que não poderá ser detida ainda que de imediato tenhamos, outra vez, que atravessar dias negros de repressão.

Lutamos por salvar a democracia e a independência nacional. Que os povos do mundo nos acompanhem! Nossa confiança é que, apesar de tudo, hoje ou amanhã triunfaremos, é absoluta. Ela se fundamenta na grande força da consciência democrática e nacional do povo argentino, em sua decisão e coragem, em seus grandes recursos, em sua luta tenaz pela unidade.

Unidade popular e democrática: não há outro caminho.

Texteis cariocas conquistam 20% de aumento

Os 30 mil operários textéis do Distrito Federal conquistaram aumento salarial na base de 20% sobre os salários estabelecidos pelo acordo de 29 de outubro de 1957.

Os trabalhadores vinham lutando por um aumento de 25%. Repeliram, em sua última assembléia, uma contraproposta patronal de 16%, prosseguindo na luta e marcando nova assembléia para tomar decisões compatíveis com as atitudes dos empregadores. Ante a firmeza dos operários, porém, a marcha dos acontecimentos conduziu ao acordo acima mencionado, que foi firmado no gabinete do Ministro do Trabalho, tendo sido outorgada autorização ao Sindicato de requerer ao Tribunal Regional do Trabalho a homologação do mesmo para todos os fins de direito.

SÃO PAULO:...

Conclusão da pag. 12

conta mais de 40 dias. O TRT julgou o dissídio coletivo concedendo-lhes 30% de aumento. Os trabalhadores recusaram, continuando em greve pelos 40%, e agora apresentando a alternativa de encampação da empresa, baseando-se em que esta, além de não querer atender às suas reivindicações, eleva excessivamente o preço do cimento, encarecendo as construções.

Os trabalhadores da CM TC, de Santos, após 10 dias de greve, voltaram ao trabalho mediante acordo estabelecendo que, não haver penalidades para os grevistas, pagamento dos dias de greve e aumento salarial a partir da entrada em vigor dos novos níveis de salário mínimo, ou, caso estes não sejam, o mais tardar a partir do dia 15 de janeiro próximo.

VOZ OPERÁRIA

DIRETOR
Mário Alves
MATRIZ

Redação:
Av. Rio Branco, 257, 17º and. s/ 1.712 — Tel: 42-7344
Administração e gerência
Av. Rio Branco, 257, 9º andar, sala 905

ASSINATURAS
Núm. Anual 150,00
Semestral 80,00
Trimestral 60,00
Aérea ou sob registro, despesas à parte: Núm. atrasado 5,00
SUCURSAL
PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria n. 66, s/ 43.

O POVO DE FORTALEZA FEZ BAIXAR O PREÇO DO PÃO E DOS TRANSPORTES

Como surgiu a Aliança Operário-Estudantil — A ação terrorista da polícia e a firme resposta popular — Da ameaça de novas represálias o governo passou aos entendimentos — Vitória do povo: os preços desceram (Do nosso correspondente ANNIBAL BONAVIDES)

O povo de Fortaleza soube lutar concretamente contra a carestia da vida. Tendo à frente a Aliança Operário-Estudantil — surgida aliás na própria luta — milhares de pessoas se empenharam em manifestações de protesto nas ruas contra a elevação dos preços do pão e dos transportes. A repressão policial desencadeada só serviu para elevar mais ainda a disposição dos manifestantes de impedir o novo assalto à já minguada bolsa da população. Com firmeza e serenidade, a campanha se desenvolveu durante duas semanas consecutivas e o governo, sentindo a inutilidade do emprego da violência, viu-se forçado a recuar: buscando entendimento com os líderes estudantis e operários, providenciou a redução dos preços já majorados. Foi alcançada, assim, uma grande vitória, que serviu para mostrar o que vale a ação das massas trabalhadoras populares na defesa organizada de suas reivindicações.

AGEM A COAP E A CÂMARA MUNICIPAL

Reunidos em sessão ruidosa, os conselheiros da COAP (naturalmente muito bem aconselhados...) resolveram aumentar o preço do pão de 16 para 24 cruzeiros o quilo. Quase ao mesmo tempo, a Câmara Municipal de Fortaleza, também em reunião estrepitosa, decidiu majorar os preços das passagens de ônibus em 50%.

No dia seguinte, tiveram início as manifestações do desagrado popular. Nas filas, nos cafés, nos ônibus, nos locais de trabalho, todo mundo reclamava contra os aumentos. E as manifestações evoluíram dos comentários para os protestos públicos e coletivos. Grupos de estudantes e populares se formavam e oradores falavam concitando o povo a não consentir nos aumentos. Intervindo violentamente contra esses grupos, a polícia foi dando corpo à repressão. Assim é que, nos dias 11 e 12, ocorreram vários choques entre estudantes e populares, de um lado, e a polícia do outro, na zona central da cidade, principalmente na Praça José de Alencar.

SURGE A ALIANÇA OPERÁRIO-ESTUDANTIL

Na noite do dia 12, a União Estadual dos Estudantes promoveu uma reunião extraordinária em sua sede, para a mesma convidando representantes de todos os di-

retórios universitários, dos grêmios secundaristas e dos sindicatos operários de Fortaleza. Foi fundada, então, como resultado dos debates que se travaram, a Aliança Operário-Estudantil, com o objetivo de orientar as manifestações populares pela revogação imediata dos aumentos nas passagens dos ônibus e do pão e prosseguir na luta contra a carestia em geral.

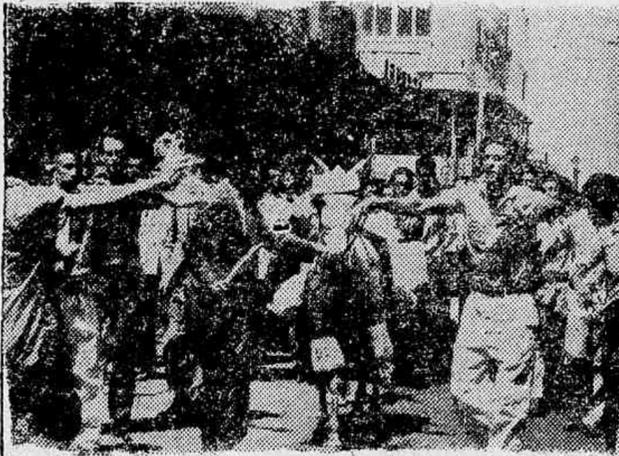
Os líderes estudantis e sindicais firmaram, na reunião, uma Declaração de Princípios, que é documento orientador de sua atividade. Manifestam, na Declaração, sua confiança no regime democrático e na luta patriótica de nosso povo em defesa da Petrobrás e das nossas riquezas, contra a ação dos trustes estrangeiros e seus agentes. Afirmam «confiar no espírito vigilante e no patriotismo das Forças Armadas e na independência dos Poderes Constituintes, para a defesa do patrimônio e dos interesses do povo», o documento ressalta a necessidade da elaboração de um «plano capaz de deter a espiral inflacionária e de solucionar os problemas socio-econômicos do povo brasileiro», e a conveniência de o Brasil «reatar e ampliar relações com todos os países do mundo». Reivindica a revogação das medidas que aumentaram os preços do pão e das passagens dos ônibus, pede o congelamento dos preços e apóia a

campanha dos trabalhadores pela fixação de novos níveis de salário mínimo, ao mesmo tempo que se manifesta pela demissão do ministro Lucas Lopes e recomenda ao governo um estudo para apurar as causas do aumento do custo da vida.

A OPERAÇÃO N.º 1

No dia 13, reuniu-se o comitê executivo da Aliança para deliberar a respeito do plano concreto da luta contra as decisões da COFAP e da Câmara Municipal. Foi então marcada para o dia 15 o que se denominou Operação n.º 1, que devia consistir em passeatas e comícios de protestos contra a elevação dos preços do pão e das passagens dos ônibus.

Pela manhã do dia 15, os líderes estudantis e operários se colocaram, de acordo com o plano acertado, à frente das manifestações. De todos os bairros surgiam



Dezenas de estudantes, em frente ao Excelsior Hotel, na Rua do Ouvidor, "discursaram" para um jumento que simbolizava os vereadores que votaram a favor do aumento das passagens dos ônibus

grupos numerosos de populares que se dirigiam para o centro da cidade.

Com o objetivo de impedir que os ônibus pudessem trafegar, formaram-se dezenas de comitês cuja missão consistiu em abrir valados nas ruas de maior movimento. E das oito horas em diante nenhum ônibus conseguiu furar o bloqueio popular. Os veículos particulares tinham de solicitar licença para prosseguir. Enquanto isso aconte-

cia, as concentrações dos manifestantes cresciam enormemente nas praças do Ferreira e José de Alencar.

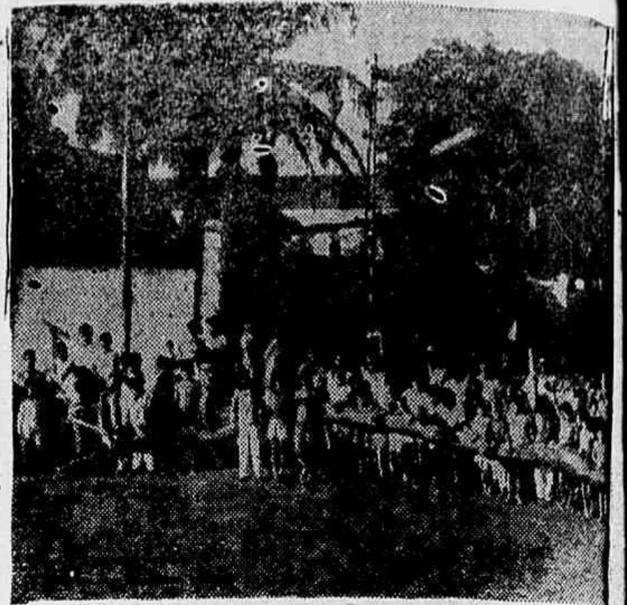
AÇÃO DA POLÍCIA E A RESPOSTA DO POVO

Quando as manifestações populares alcançavam sua maior amplitude e intensidade, sempre em caráter pacífico e expressando veemente protesto contra o aumento dos preços, a polícia iniciou uma série de ações repressivas, a princípio espalmando populares, operários e estudantes, e em seguida abrindo fogo contra os manifestantes.

O terrorismo policial despertou um sentimento de maior indignação e revolta no seio das massas. Demonstrava que o governo recorria à violência em defesa dos condenáveis interesses dos exploradores e contra o povo. Avolumou-se, em consequên-

cia, a onda de protesto e se desencadeou o quebra-quebra de ônibus e padarias.

No meio da tormenta, elementos desorientados conseguiram conduzir parte dos manifestantes até a assembléia legislativa, que foi parcialmente depredada. Apesar do justo ódio despertado no seio do povo pela ação de parlamentares que votaram o imoral «inventário» da criação de numerosos cargos públicos para dar emprego a políticos fracassados nas últimas eleições, a investida contra a assembléia não se justificava, pois se trata de um órgão democrático, a despeito dos elementos reacionários e corruptos que têm assento em suas cadeiras.



Quase todos os pontos de entrada para o centro da cidade foram obstruídos na manhã de 15 do corrente. Na foto vemos uma enorme árvore atravessada na rua Padre Francisco Pinto

OPERAÇÃO N.º 2

O matrequear das metralhadoras não abafou o espírito combativo do povo. Às 16 horas do dia 15, o Comitê Executivo da Aliança Operário-Estudantil estava novamente reunido na sede da União Estadual dos Estudantes. Foi dado um balanço dos acontecimentos, fixando-se a orientação para o prosseguimento da luta. Elaborou-se uma nota oficial, que teve ampla divulgação através de todas as emissoras e jornais da capital cearense.

Depois de condenar os atos de depredação, embora verificando que «os mesmos tiveram origem na revolta do povo ante a carestia da vida em geral», a Aliança Operário-Estudantil, na sua nota oficial, «manifestou a disposição de continuar a luta até a revogação dos aumentos do pão e dos transportes; suspendeu temporariamente a promoção de quaisquer manifestações de rua; renovou a esperança de que os responsáveis — a COAP, Câmara Municipal e demais autoridades, empresários e panificadores — refletissem melhor e atendessem às justas reivindicações do povo de Fortaleza, para o que esperava o pronunciamento de quem de direito até as 24 horas do dia 20» e terminava afirmando: «caso perdesse até essa data o atual estado de coisas, a Aliança Operário-Estudantil promoverá a Operação n.º 2.»

TENSÃO, AMEAÇAS E RECUO

Seguiram-se dias de grande tensão. Por toda parte só se comentava um assunto: a Operação n.º 2. Em que consistiria? O Comitê Executivo da Aliança Operário-Estudantil nada anunciara de público. Em contacto com dirigentes do movimento soube-se, posteriormente, que se tratava de um amplo boicote dos ônibus e das padarias. Haveria também um comício-monstro no centro da cidade e uma gigantesca passeata de protesto.

Da sua parte, o governador em exercício, sr. Délio Cartaxo, deixava patente, em entrevistas aos jornais, sua intenção de prosseguir autorizando violências contra o povo. Anunciava, mesmo, novas represálias. Chegou a pedir auxílio de força federal ao presidente da República, no que, aliás, foi atendido.

Mas, ante a disposição da massa popular de prosseguir na campanha contra a carestia, o governo deu um recuo e procurou entendimentos.

VITÓRIA DO POVO

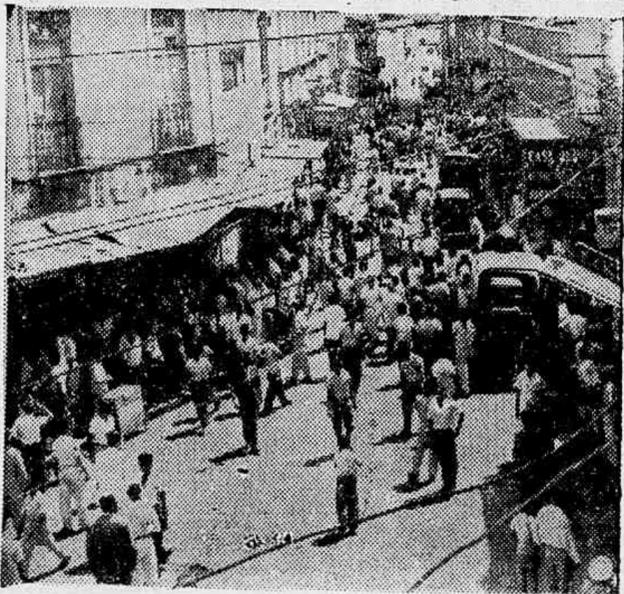
Na véspera de terminar o prazo dado pela Aliança Operário-Estudantil, o governador convidou os seus líderes para um entendimento em Palácio. O encontro durou de 11 às 13 horas. Os dirigentes estudantis e operários deixaram claro que, caso não fosse encontrada uma solução que satisfizesse os interesses populares, a Operação n.º 2 seria desencadeada.

Na tarde do mesmo dia, o sr. Délio Cartaxo promoveu novas reuniões. Reuniu com os panificadores, com os vendedores e com os jornalistas e radialistas. Nesses encontros, ficou estabelecido o seguinte: os panificadores concordaram em reduzir de 8 para 4 cruzeiros o aumento no quilo do pão; os vendedores decidiram reunir-se em sessão extraordinária no dia seguinte para reduzir a 50 centavos o aumento de 1 cruzeiro nas diversas linhas de ônibus.

Notificado a respeito, o Comitê Executivo da Aliança Operário-Estudantil concordou com as reduções e suspendeu a Operação n.º 2. Assim, no dia seguinte — exatamente o último dia do prazo dado pelos líderes operários e estudantis — o preço do pão baixava em Fortaleza de 4 cruzeiros para 3,50 por unidade. E também os ônibus, logo após, reduziam à metade a majoração do preço das suas passagens. Era a vitória do povo. E dessa vitória surgia, com sua primeira batalha já ganha, a Aliança Operário-Estudantil.

APLAUSOS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO PTB

A Comissão Executiva Nacional do PTB enviou ao sr. Juscelino Kubitschek um telegrama comunicando-lhe a aprovação de uma moção de aplausos ao governo pelas medidas que vêm sendo promovidas no sentido do reatamento das relações comerciais com a União Soviética e demais países socialistas. Assinala a mensagem que se impõe, da parte do governo, «uma ação enérgica e decisiva com vistas àquele objetivo».



Concentração de populares diante da Paderia Duas Nações, que foi ameaçada de depredação

SÃO PAULO: MAIS CINCO CATEGORIAS PROFISSIONAIS CONQUISTAM AUMENTO

SÃO PAULO (Do correspondente) Mais cinco categorias profissionais de trabalhadores conquistaram, no decorrer da semana, aumentos nos seus salários. Empregados em cinemas e teatros, trabalhadores nas indústrias químicas e farmacêuticas e trabalhadores nas indústrias de espelhos e lapidação de vidros concluíram acordos na base de 20% de aumento, com tetos variáveis entre 1.500 e 2.200 cruzeiros. Os trabalha-

dores na indústria de carnes e derivados conquistaram 22%, com teto de 7,50 por hora para os horistas e cafeeiros e 1.782 cruzeiros para os mensalistas que percebem até 8.100 cruzeiros; os bancários, 27%, com mínimo de 1.300 e máximo de 5.000 cruzeiros.

Algumas dessas categorias de trabalhadores vêm dando mostras de grande firmeza em sua luta. Assim, os empregados em cinemas e tea-

tros, que preparavam greve em âmbito nacional, quebraram a intransigência dos empregadores, conseguindo o acordo. Os trabalhadores da CMTC deram prazo à empresa até o dia 3 de dezembro e articulam a ação conjunta dos seus três sindicatos.

Malor disposição de lutar, porém, demonstram os grevistas da fábrica de cimento Perus, cujo movimento já

(CONCLUÍ-NA PAGINA 14)

'DOUTOR JIVAGO'

— DEFORMAÇÃO DA REALIDADE SOVIÉTICA

Texto integral da carta da Redação da Revista NOVII MIR a Bóris Pasternak

Em setembro de 1956, Boris Pasternak enviou à Redação da revista soviética "Novii Mir", de Moscou, os originais de seu romance "Doutor Jivago", para ser publicado. Escritores soviéticos, entre os quais se encontram dois nomes mundialmente conhecidos — Konstantin Fedin e o poeta Simonov — fizeram uma carta a Pasternak, em nome da redação da revista. É o texto integral dessa carta — feita com a maior isenção de ânimo — que reproduzimos a seguir.

Bóris Leonídovich: Nós, que lhe escrevemos esta carta, temos o original de seu romance "Doutor Jivago", que você ofereceu a "Novii Mir", e queremos expor-lhe sinceramente as idéias que a leitura do livro nos sugeriu, idéias que nos inquietam e nos entristecem.

Se se tratasse simplesmente de dizer "agrada-me" ou "não me agrada", de opiniões ou de divergências que, embora as mais contrárias não ultrapassassem o plano estritamente artístico, compreenderíamos que você pudesse considerar como de menor importância as disputas estéticas. De modo nenhum — você poderia responder. A revista não aceita o meu livro; tanto pior para ela. O escritor insiste em sua opinião sobre as qualidades estéticas do romance".

Pois bem, o caso presente é mais complexo. O que nos inquieta em seu romance é outra coisa, algo que nem a revista nem o autor podem alterar mediante cortes ou modificações parciais. Referimo-nos ao próprio espírito do livro, à sua medula, ao critério do autor acerca da vida — critério que pode ser real ou que, de qualquer maneira, se forma no leitor. É sobre isso que nos consideramos no dever inelutável de lhe falar, como pessoas que podem ou não ser levadas em conta, mas cuja opinião coletiva, não podendo ser considerada prececebida, encontra razões para ser ao menos escutada.

O ESPÍRITO DO ROMANCE

O espírito de seu romance é o espírito de não aceitação da revolução socialista. A medula de seu romance consiste na afirmação de que a Revolução de Outubro, a guerra civil e as transformações socialistas que delas posteriormente se derivaram não trouxeram senão sofrimentos ao povo e a liquidação física ou moral da intelectualidade russa. O sistema de opiniões do autor, articulado nas páginas do livro, sobre o passado de nosso país e, acima de tudo, o primeiro decênio que se seguiu à Revolução de Outubro (pois, prescindindo-se do epílogo, o romance termina precisamente nos fins desse decênio) consiste em que a Revolução de Outubro foi um erro; a participação do setor da intelectualidade que a apoiou constituiu um mal irreparável, e tudo o que ocorreu depois dela, um infortúnio.

Para os que leram em outros tempos «O Ano 1905», «O Tenente Schmidt», «O Segundo Nascimento», «Ondas», «Nos Primeiros Trens» — poesias suas em que, segundo pareceu pelo menos a nós, o espírito e a idéia fundamental eram outros que os de seu romance — foi uma triste surpresa ler este livro.

Creemos que não nos enganamos ao afirmar que o relato da vida e da morte do dr. Jivago é, como você o apresenta, o relato da vida e da morte da inte-

lectualidade russa, dos caminhos que tomou para a revolução e durante o seu transcurso, e de sua catástrofe em consequência dela.

Percebe-se no romance uma linha divisória que, independentemente da que você estabelece ao separar o romance em dois tomos, passa mais ou menos entre a sua primeira terça parte e as duas restantes. Essa linha divisória — o ano de 1917 — é a fronteira entre o que se esperava e o que ocorreu. Até chegar a ela os seus personagens esperavam não o que ocorreu, e depois dela começa a ocorrer o que não esperavam, o que não queriam e o que os conduz, segundo você, à destruição física ou moral.

O primeiro terço de seu romance — referente aos vinte anos anteriores à revolução — não contém claramente expressa a não aceitação da revolução que se aproxima. Mas nos parece que lança já as suas raízes. Logo depois, quando você começa a apresentar a revolução já realizada, suas opiniões se estruturam em um sistema mais articulado, retílineo e definitivo em sua recusa em aceitar a revolução. No primeiro terço do romance, são ainda contraditórias: por um lado, você reconhece, de modo abstrato e retórico, que é injusto o mundo da propriedade burguesa e da desigualdade burguesa, e não só renuncia a ele como ideal, mas também o considera inaceitável para o futuro da humanidade. No entanto, logo passa você dessa declaração geral à apresentação da vida, dos seres humanos, e essa gente — tanto os responsáveis pela vida burguesa como os intelectuais a seu serviço que defendem isso que você, de modo retórico, considera injusto — essa gente se torna (salvo raras exceções, como o aventureiro Komaróvski) belíssimas e refinadíssimas pessoas, homens de bem, dedicados ao trabalho, cândidos, incapazes de matar uma mosca.

O MUNDO

DO PASSADO

Todo esse mundo da Rússia burguesa das vésperas da revolução, que você repele no plano das generalidades, é a rigor totalmente aceitável para você, ao descrevê-lo de maneira concreta. E, o que é mais, o coração do autor se enche de amor por esse mundo. Só não é aceitável uma certa injustiça da exploração e da desigualdade, noção geral que permanece sempre fóra da cena, enquanto o que ocorre nela é, em última análise, a plenitude do idílico: os capitalistas contribuem para a revolução e vivem com a consciência tranqüila; os intelectuais gozam de absoluta liberdade espiritual e independência de opinião ante a máquina burocrática do regime zarista; os jovens pobres encontram protetores ricos e desinteressados, e os filhos dos operários e dos porteiros não tropeçam com dificuldades para cursar as escolas.

Além disso, as pessoas que aparecem no romance vivem bem e como se fossem uns santos, alguns querendo viver melhor e mais santamente. Essa é, no fundo, a participação máxima que, à espera da revolução, oferecem os personagens principais do romance. Está ausente do livro a verdadeira situação do país e do povo. Ele tampouco fornece a menor idéia dos motivos por que se tornava

inevitável a revolução na Rússia e do insuportável absurdo de sofrimentos e injustiça sociais, que levaram o povo a fazer essa revolução.

A maioria dos personagens do romance, nos quais o autor pôs, com a sua ternura, parte de seu próprio espírito, são pessoas habituadas a viver num ambiente em que se tagarela acerca da revolução. A revolução, no entanto, não se tornou uma necessidade para nenhuma dessas pessoas. Gostam de falar da revolução, de um modo ou de outro, mas podem passar perfeitamente sem ela. Não existe em sua vida, antes da revolução, já não dizemos sofrimento, mas quase nada que a turve, ao menos espiritualmente. E no romance não aparecem senão personagens como esses, tendo-se em conta as pessoas que o autor distinguiu com a sua simpatia e pintou com um mínimo de profundidade e detalhes.

Quanto a esse povo cujos sofrimentos são declamados fora da ação, é um ente desconhecido e que apenas se pressupõe, na primeira terça parte do romance. A verdadeira atitude do autor para com ele só se esclarece quando a revolução é consumada e o povo se põe em marcha.

O primeiro terço do romance é, antes de tudo, a história
CONT. 2.ª PÁGINA)

SUPLEMENTO
NÃO PODE
SER VENDIDO
SEPARADAMENTE

VOZ OPERÁRIA

«DOCTOR JIVAGO»

— DEFORMAÇÃO DA REALIDADE SOVIÉTICA

(CONTINUAÇÃO DA 1.ª PÁGINA)

ria de algumas individualidades bem dotadas que vivem uma vida intelectual multifacetada, concentradas principalmente no problema de sua própria existência espiritual. Uma dessas individualidades — Nikolai Nikoláievich — diz, logo no início do romance, que “todo coletivismo é o refúgio da mediocridade, pouco importando que se trate de fidelidade a Soloviev, a Kant ou a Marx. A verdade é procurada únicamen-

te pelos solitários, que rompem com todos os que não a amam bastante. Há algo nesse mundo que merece fidelidade? Muito pouca coisa”. No texto, esta frase está relacionada com as buscas religiosas de Nikolai Nikoláievich, mas já na segunda terça parte do romance vemos que pouco a pouco se converte na expressão condensada da atitude do autor para com o povo e o movimento revolucionário.

A REVOLUÇÃO: QUE REVOLUÇÃO?

Logo sobrevém, ou melhor, se abate a revolução. Abate-se subitamente sobre os personagens do romance, que embora tenham antes discursado sobre ela até se fartarem, não a esperavam, e diante dela ficam perplexos. Ao comentar o modo como a revolução surge em seu romance, torna-se até difícil distinguir rigorosamente a Revolução de Fevereiro da Revolução de Outubro. Aparecem ambas no romance como algo compacto, como o ano 17 em geral, em cujo transcurso tudo mudou a princípio, não se alterando porém nem muito brusca nem muito visivelmente a vida anterior dos “solitários buscadores da verdade”, os seus personagens. Mas logo vieram as mudanças, em progressão constante, mais bruscas, mais radicais. A vida dos personagens dependia cada vez mais das coisas imensas e inusitadas que ocorriam no país, e essa dependência, por sua vez, exasperava-os sempre mais, à medida que se acentuava, obrigando-os a lamentar o que havia acontecido.

Do ponto-de-vista especulativo é difícil conceber romance que dedique diversos capítulos ao ano de 1917 e no qual não apareçam a Revolução de Fevereiro e a Revolução de Outubro com uma apreciação — qualquer que seja, mas definida — da distância social que as separa.

Especulativamente, é difícil, mas na prática o seu romance é um exemplo disso. Custa acreditar que a Revolução de Fevereiro, de início, e em seguida a Revolução de Outubro — pontos cardeais que polarizaram tantas pessoas em facções distintas — não definissem a atitude dos personagens de um romance que trata daqueles tempos. É difícil imaginar que homens que tinham vida intelectual e ocupavam determinada posição na sociedade não se definissem, então, de um modo ou de outro, diante de fatos como a derrocada da autocracia, Kerenski no poder, os acontecimentos de julho, a sedição de Kornilov, a Revolução de Outubro, a conquista do poder pelos Soviets, a dissolução da Assembléia Constituinte.

ENFURECERAM-SE COM A REVOLUÇÃO

Entretanto, os personagens do romance nada dizem explicitamente acerca desses acontecimentos, não fazem um julgamento concreto daquilo que constituía então a vida do povo. De início, pode-se dizer que o autor não quis chamar as coisas pelo nome, evitou emitir opiniões expressas suas ou colocá-las na boca de seus personagens. Talvez haja uma parte de verdade nessa afirmação. Mas pensamos que a verdade completa é mais profunda do que esse esclarecimento parcial. E, segundo pensamos, a realidade consiste em que os “solitários buscadores da verdade” em seu romance vão se enfurecendo pouco a pouco com a revolução em ascensão, não porque deixem de aceitar alguns de seus atos, como a Revolução de Outubro ou a dissolução da Assembléia Constituinte, mas pelos diversos incômodos de ordem pessoal que lhes são impostos no transcurso do próprio processo revolucionário.

No instante em que suas declamações sobre a revolução são substituídas pela ação revolucionária que, à margem deles, se verifica no país, esses “solitários buscadores da verdade” — que o autor apresenta, a princípio, como homens de idéias, ou melhor, como homens que vivem no mundo das idéias — estão muito longe do desejo de defender no tablado tais ou quais idéias, e muito menos de sacrificar a vida por elas, sejam idéias revolucionárias ou contra-revolucionárias.

Ao que parece, continuam

levando uma vida intelectual, porém sua atitude ante a revolução, e sobretudo sua conduta, dependem cada vez mais das dificuldades pessoais causadas pela revolução: a fome, o frio, a escassez de habitação, a destruição do modo de vida vasto e confortável anterior à revolução. Acreditamos difícil encontrar um livro onde, em anos de tão relevantes acontecimentos, personagens com pretensões a uma acentuada vida espiritual se preocupem e falem da comida, das batatas, da lenha e de todo gênero de conforto e desconforto materiais tanto quanto em seu romance.

Os personagens do romance, e em primeiro lugar o próprio doutor Jivago e sua família, passam os anos da revolução e da guerra civil à procura de um bem-estar relativo, da fartura e da tranquilidade entre todas as vicissitudes da luta, entre a ruína geral do povo. Fisicamente, não são covardes. Você, como autor, acentua isso. No entanto, ao mesmo tempo, seu único objetivo é preservar sua própria vida e a isso subordinam todos os seus atos. E precisamente a possibilidade de não saírem vivos da revolução e da guerra civil, os exaspera cada vez mais contra tudo que acontece. Não são mesquinhos nem vorazes, são se excedem em seu amor ao conforto pessoal; necessitam dele, não por amor a si próprios, mas unicamente como condição para o prosseguimento, sem interrupção e sem perigos, de sua vida intelectual.

HOSTIS A REVOLUÇÃO

Que vida é essa? A mesma de antes, porque nada de novo a penetra nem a modifi-

ca. A possibilidade de prosseguir seu curso normal, sem embaraços, é para eles o bem supremo, não somente pessoal, mas também universal. E, enquanto a revolução exige deles atos, ação, resposta à pergunta “pró ou contra”, passam, como autodefesa, da posição de estranhos à revolução à de elementos hostis a ela.

Naqueles duros anos que exigiam os mais diversos sacrifícios não só dos que faziam a revolução, mas também de seus inimigos, dos que lutavam contra ela de armas nas mãos, “os solitários buscadores da verdade” revelaram-se no fundo simples filisteus “bem dotados”. Certamente, é difícil prever-se como procederá mais tarde em face à revolução, por exemplo, a família de Jivago, se por qualquer razão não tivesse sofrido tanta fome e vivido num quarto tão apertado, em Moscou naquele inverno de 1918, como acontece no romance. Moscou porém se viu torturado pela fome, o frio e as dificuldades, e

O EGOÍSMO DE JIVAGO

Para o dr. Jivago, de todos os valores humanos que existem, só resta um, embora envolto pela atmosfera das rigorosas provas por que passa o povo: seu próprio «EU»; logo, através desse valor, e como valor adicional, estão os homens que têm alguma relação direta com esse «EU». Este «EU», encarnado em Jivago e nas pessoas mais próximas dele, não somente é a única coisa que merece solicitação, como, em geral, o único valor existente no universo. Este «EU» é o símbolo de todo o presente e de todo o passado. Se morre, tudo desaparece com ele.

Por algum motivo, plenamente identificada com as idéias do próprio Jivago, Larisa Fiódorovna lhe diz em pleno apogeu da guerra civil: «Tu e eu somos como as duas primeiras criaturas, como Adão e Eva, que não tinham com que se cobrir no princípio do mundo. E agora, em seu fim, estamos igualmente desnudos e sem teo. Tu e eu somos a última reminiscência de todo o infinitamente grandioso que se criou no mundo ao largo de muitos milênios entre eles e nós, e, evocando essas maravilhas desaparecidas, respiramos e amamos, soluçamos, protegemo-nos um ao outro, nos aquecemos mutuamente.»

Abre-se uma nova página na história da humanidade. Sob o influxo da Grande Revolução de Outubro, entram em ação, antecipando séculos inteiros, centenas de milhões de pessoas em todo o mundo. Todavia, o único valor e a única reminiscência de todo o «infinitamente grandioso» do passado da humanidade são, nesse momento, o dr. Jivago e sua mulher! Não lhe parece que neste individualismo quase patológico se revela uma ingenua afetação de pessoas que não sabem nem desejam ver nada à sua volta e que, por isso, se dão a si mesmas uma importância cômicamente exagerada?

Em uma das páginas do seu romance diz você, pela boca do dr. Jivago, que «o enquadramento em um tipo é o fim do homem, sua expiação». Isto constitui o reverso de sua pretensão de que «os solitários buscadores da verdade», por você imaginados, sejam pessoas pouco comuns, que não se podem encaixar em determinado tipo, que estão acima de tudo isso.

É difícil concordar com esta opinião sua como autor. Não pretendemos privar-nos do direito de definir o dr. Jivago e a outros personagens do romance, semelhantes a ele, como um fenômeno bastante típico da época da revolução, da guerra civil e, também, do período posterior a esta. Longe de nós a idéia de que não houve pessoas como essas e de que a vida do dr. Jivago está longe de ser típica.

A nosso ver, o dr. Jivago personifica precisamente um tipo determinado de intelectual russo daqueles anos, que gostava e sabia falar dos sofrimentos do povo, porém incapaz de ser médico desses sofrimentos, tanto em sentido literal como figurado. É o tipo do homem cheio de si, que se julga excepcional, homem alheio ao povo e disposto a traí-lo em qualquer momento difícil, a afastar-se dele, de seus sofrimentos e de sua causa. É o tipo do filisteu «altamente intelectual», mau quanto não o tocamos, porém facilmente irritável quando o incomodam, e sempre disposto a conceber e paticar qualquer injustiça contra o povo assim que começa a sentir-se pessoalmente prejudicado, real ou ficticiamente.

SOLILÓQUIOS

DE AUTOR

Havia pessoas como estas, e não poucas. Nossa divergência com você, porém, não gira em saber-se se as houve ou não, mas se elas merecem a apologia incondicional que transpira em seu romance. São a flor e a nata da intelectualidade russa, como você com todos os recursos de seu talento, procura apresentar o dr. Jivago, ou são a parte enferma dessa intel-

lectualidade? O surgimento desses elementos doentes na época de marasmo e de reação, compreendida entre a primeira e a segunda revolução russa, se explica perfeitamente. Vale a pena, porém, apresentar a estes homens com sua passividade pequeno-burguesa nos momentos críticos, com sua covardia na vida social e com sua constante evasiva à pergunta “Com quem estás?” — como antes superiores, com direito de julgarem objetivamente tudo que os rodeia, e, em primeiro lugar, a revolução e o povo?

“No novo modo de vida concebido pelo coração e no novo tipo de relações que se chama reino de Deus, não há povos, há indivíduos” diz o dr. Jivago em uma página do livro, sem se referir todavia, à sua existência futura durante os anos de guerra civil. Posteriormente, vê-se que esta sentença encerra um sentido profundo, intimamente ligado com o próprio dr. Jivago. Durante os difíceis anos da guerra civil, manifesta-se claramente que para ele não há povos, somente ele existe, e sua individualidade, seus sofrimentos e interesses estão acima de tudo, uma individualidade que não se sente, absolutamente, parte do povo nem tem noção de sua responsabilidade perante ele.

Você, justamente pela boca destas pessoas, e antes de tudo pela do dr. Jivago, pretende dar a última palavra sobre tudo que aconteceu em nosso país, a partir da Revolução de Outubro. E se pode dizer, com razão, sem nenhum exagero, que você mostra, no romance, profunda simpatia pelo dr. Jivago e as pessoas que partilham de suas opiniões, ao ponto de, na maioria dos casos, seus diálogos parecerem mais solilóquios de autor.

A isto poderíamos acrescentar que a nada se dedica no romance tanto zelo e talento, como a exprimir as idéias e opiniões dessas pessoas, enquanto os intérpretes de outros pontos de vista existem no romance apenas numericamente, ou — empregando sua expressão — “gregariamente”. São personagens mudos, incapazes de refletir sobre qualquer coisa, impotentes para contestar nada no julgamento contra a revolução que se desenvolve em seu romance e no qual o juiz e o fiscal são uma só e mesma pessoa: Jivago. O autor colocou à disposição deste personagem vários ajudantes que, com tonalidades várias, fazem coro a seus discursos de acusação. Nesse julgamento, porém, estão ausentes os defensores de tudo o que Jivago condena.

NADA FIZERAM

PELA REVOLUÇÃO

Entretanto, Jivago, à medida que a revolução lhe acarreta privações e aborrecimentos, a condena com rancor e intransigência cada vez maiores. Não nos parece supérfluo acompanhar o curso deste processo unilateral. Isto é necessário, não por desejo de multiplicar as citações, mas para que você mesmo possa ver tudo isso em conjunto. Talvez, enquanto isso se encontrava disperso entre as peripécias de um extenso romance, você não tenha podido tomar plena consciência do que havia escrito. Quiseramos acreditar nisso.

Vejam os. O dr. Jivago val a Iuriatin e discute com Kostoiédov, que lhe diz que nada sabe nem deseja saber. “Pois é. Sinceramente não quero. Como lhe disse. Deixe-me! Para que preciso saber de tudo e por tudo interessarme? Se o tempo não conta comigo e me impõe o que quer, permita-me que ignore os acontecimentos. Você me disse que “as palavras são diferentes da realidade”. No momento, porém, há realidade na Rússia? A meu ver, tanto a assustaram que ela se esconde.”

Eis aqui outra idéia que se refere a esse mesmo ano de

A FILOSOFIA DE JIVAGO

Atrás da revolução, que causou incômodos e privações ao doutor Jivago, há uma filosofia concreta. Portanto, se a revolução é injusta com Jivago também não é justa a filosofia em que se apóia e se torna necessário declará-la inconsistente.

— «O marxismo é a ciência? — pergunta a si mesmo o doutor Jivago no começo do segundo tomo do romance. Discutir isso com uma pessoa pouco conhecida é, pelo menos, uma imprudência. Bem, vá lá. O marxismo se domina muito mal a si mesmo para que possa ser uma ciência. As ciências são mais equilibradas. O marxismo é a objetividade? Não conheço nenhuma corrente mais encaixada em si mesma e mais distantes dos fatos do que o marxismo»

Nesta filípica contra o marxismo já se observa bastante irritação. Entretanto, essa irritação culminará um pouco mais tarde, quando Jivago se en-

(CONTINUA NA 3.ª PÁGINA)

«DOUTOR JIVAGO» — DEFORMAÇÃO DA REALIDADE SOVIÉTICA

(CONTINUAÇÃO DA 2.ª PÁGINA)

contra em Iuriatin com Larisa Fiódorovna. (A julgar por algumas alusões do romance, foi em 1919).

— «Você mudou, lhe diz. Antes falava da revolução sem tanta irritação, sem amargurar-se.

— É que tudo tem sua medida, Larisa Fiódorovna, e durante este tempo já se devia ter chegado a alguma coisa. Mas acontece que para os inspiradores da revolução as mudanças e os reajustamentos são seu único elemento, renunciam a tudo, contanto que consigam algo em escala mundial. Construção de mundos, períodos de transição: esse é o seu objetivo predominante. Não aprenderam nada além disso e não sabem fazer outra coisa. Sabe você a que se deve a agitação desses intermináveis preparativos? A falta de capacidades concretas já maduras, à mediocridade. O homem nasce para viver e não para preparar-se para viver. A própria vida, fenômeno da vida e do dom da vida são coisas tão subjugadoras quanto a sua própria importância! Por que, pois, trocar a vida por uma infantil arlequinada de ingênuas ficções, por estas fugas à norte-americana de escolares como num conto de Tchekhov?»

Portanto, Jivago, em 1919, já achava que a revolução devia ter chegado a algo, mas que não o havia conseguido. A quê? Ignoramos. A julgar por suas opiniões ególatras acerca do bem e do mal, a revolução devia ter chegado a que pelo menos ele, Jivago, pudesse voltar a viver a vida normal e desafiada que desfrutara até a revolução. Mas, como a revolução ainda não tinha feito isso para ele, Jivago se zanga e condena a própria revolução e seus homens: carecem de talento, não aprenderam nada e não sabem fazer nada...

A guerra civil lhe parece uma ingênuo ficção, uma fuga à norte-americana de escolares de um conto de Tchekhov. Aqui, o engenho não brilha pela sutileza; em compensação, a maldade — é necessário reconhecê-lo — não é nenhuma brincadeira!

Em torno de Jivago se produzem a demolição e a transformação da vida, uma demolição cruel, sangrenta e difícil, cuja utilidade e justiça podem ser avaliadas unicamente do ponto de vista dos interesses sociais, do ponto de vista do homem que coloca antes de tudo e acima de tudo o povo. Mas Jivago não tem esta opinião: a sua é diametralmente oposta. Ele julga o povo e sua obra do ponto de vista do seu próprio bem-estar físico e espiritual. Daí ser completamente lógico que Jivago, firme nesse ponto de vista, em meio da guerra civil, torne e retorne à idéia de que o que ficou para trás era melhor do que a realidade em que vive. E como o bem-estar de sua existência é, em geral, a melhor medida para tudo o que há no mundo, não faz nenhuma falta a transformação da vida já iniciada, e Jivago prefera o retorno ao passado a que prossiga essa transformação.

«Admito que sejam vocês luminares e libertadores da Rússia e que sem vocês a Rússia teria perecido, afundada na miséria e na ignorância. E mesmo assim não quero nada com vocês, vocês não me interessam em nada, não os estimo e que todos vão para o diabo.»

É difícil imaginar-se uma apostasia mais zoológica do que esta atitude: Talvez seja útil para a Rússia o que vocês fazem, mas a mim não me importa!

«Em primeiro lugar — diz

Liveri Averkiévich, chefe de um destacamento de guerrilheiros — as idéias de aperfeiçoamento geral, tal como são compreendidas desde outubro, não me entusiasma. Em segundo lugar, este objetivo se encontra muito longe de ser alcançado, e a simples charlatanice sobre ele custou milhares de sangue que o fim talvez não justifique os meios. Em terceiro lugar, e isto é o principal, quando ouço falar de transformação da vida da perca do domínio de mim mesmo e caio em desespero.»

Depois de haver dito isso, Jivago volta à mesma idéia um pouco depois:

«Transformar a vida! Assim não podem pensar pessoas que, embora talvez tenham visto muito, nunca conhecem a vida, não sentiram seu hábito, sua alma. Para essas pessoas a vida é um montão de material fôco, não enobrecido pelo seu contato e que precisa ser por elas elaborado. Mas a vida não é nunca um material, uma substância

cia. A vida — saiba-o você — é um germe em constante renovação de si mesmo, em perene mutação; ela mesma se transforma e metamorfoseia eternamente e está muito acima das obtusas teorias nossas, suas e minhas.»

Conclui-se que não é necessário transformar a vida e que as teorias inspiradoras nessa transformação são obtusas!

Sob a capa dessas belas palavras a respeito do germe renovador e em perene mutação da própria vida se advinha um dilacerante gemido: Não me toquem! Devolvam-me o que eu tinha, que é o principal para mim, e que os raios partam tudo mais! Duas páginas adiante, Jivago fala disso com inteira franqueza.

«Admito que sejam vocês luminares e libertadores da Rússia e que sem vocês a Rússia teria perecido, afundada na miséria e na ignorância. E mesmo assim não quero nada com vocês, vocês não me interessam em nada, não os estimo e que todos vão para o diabo.»

É difícil imaginar-se uma apostasia mais zoológica do que esta atitude: Talvez seja útil para a Rússia o que vocês fazem, mas a mim não me importa!

A REVOLUÇÃO DEPRIME JIVAGO

Mais tarde, ao voltar do destacamento de guerrilheiros, aonde o levaram à força porque não havia quem curasse os feridos e onde atirou contra os guardas brancos (1) embora simpatizasse com eles, e desse assistência aos vermelhos (2), embora deles tivesse repugnância, Jivago regressa a Iuriatin e vê os novos decretos, pregados pela cidade que os vermelhos ocupam. Nesse momento torna a recordar o que lembrava seu sogro quando saíram de Moscou, recorda os primeiros decretos da revolução.

«Que anúncios são estes? — pensa. São do ano passado? De dois anos passados? Uma vez em sua vida tinha admirado o tom categórico desta linguagem e a retidão dessas idéias. Acaso deveria pagar aquela incauta admira-

ção não tornando a ver nada mais na vida senão estes enlouquecidos gritos e reivindicações, imutáveis durante muitos anos, cada vez mais irreal, abstrusos e irrealizáveis? Acaso por um instante de sensibilidade demasiada aguçada se tinha escravizado para sempre?

A sensação da revolução vitoriosa deprime de tal modo a Jivago que está disposto a amaldiçoar-se a si mesmo. E não pelo trabalho e os atos realizados em prol da revolução, não por isso, pois não há nada disso em sua folha de serviços, mas somente por um instante de admiração ante os primeiros decretos do Poder soviético!

Esta é a filosofia do protagonista de seu romance, do homem que é tão impossível isolar dela como a alma do corpo. Este é o curso de suas idéias sobre a revolução. Este é o seu tom de acusador. Esta é a força de seu ódio à revolução.

Poderiam ser citadas ainda muitas passagens do romance que em diversas etapas e com diferentes modalidades repetem os mesmos

TODO UM ABISMO

Já nos referimos, de passagem, a este capítulo, mas, para determinar por completo todo o abismo que existe entre nossa atitude para com o doutor Jivago, tal como você o apresenta em seu romance, e sua própria atitude como autor a respeito dele, consideramos necessário voltar a este capítulo. Não é muito extenso. Lemos-lo juntos de cabo a rabo.

«Segundo a convenção internacional da Cruz Vermelha os médicos militares e o pessoal das unidades sanitárias não têm o direito de participar com armas nas operações dos beligerantes. Não obstante, o doutor se viu obrigado uma vez, contra sua vontade, a infringir esta regra: foi surpreendido no campo por uma escaramuça e não teve remédio senão compartilhar a sorte dos que combatiam, fazer fogo.

A linha de guerrilhas na qual, acossado pelo fogo, o doutor teve que se atirar ao chão junto ao telefonista do destacamento, ocupava os limites de um bosque. Atrás dos guerrilheiros se estendia a taigá (5) e em sua frente se abria um claro, vazio e indefeso, pelo qual atacavam os brancos.

Foram avançando, e já estavam próximos deles. O doutor via nitidamente o rosto de cada um. Eram adolescentes e jovens das camadas civis da sociedade da capital e homens de mais idade — reservistas mobilizados. Predominavam os primeiros, a juventude, os estudantes de primeiro curso e os ginásistas alistados há pouco como voluntários.

O doutor não conhecia nenhum deles, mas os rostos da metade lhe pareciam habituais, vistos e conhecidos. Uns lhe recordavam seus antigos companheiros da escola. Seriam talvez seus irmãos menores? De outros tinha a impressão de havê-los encontrado entre o público do teatro ou da rua em anos anteriores. Suas fisionomias expressivas e simpáticas lhe pareciam familiares.

O cumprimento do dever, como eles o entendiam, infundia-lhes exaltada bravura, desnecessária e desafiadora. Avançavam separados, em guerrilha, erguidos em toda a sua estatura, avantajando em marcialidade os oficiais da guarda e, desprezando o perigo, não corriam nem se atiravam ao chão, embora no claro do bosque houvesse inafectuosidades, montículos e troncos atrás dos quais podiam resguardar-se. As balas dos guerrilheiros os ceifavam a quase todos.

No meio do campo raso por onde os brancos avançavam via-se uma árvore morta e queimada. Tinha-a calcinado um raio ou a chama de uma fogueira, ou talvez tivesse sido fendida

incendiada em anteriores batalhas. Cada atirador voluntário atacante a mirava um momento, vencendo a tentação de emborcar-se atrás do seu tronco para proteger-se e fazer melhor pontaria, mas sabia refazer-se e seguir adiante.

Aos guerrilheiros escasseavam os cartuchos. Devia economizá-los. Havia a ordem — acatada pela convicção geral — de disparar de curta distância; os fuzis deviam ser tantos quanto os alvos visíveis.

O doutor estava estendido na relva, sem armas, observando a marcha do combate. Toda a sua simpatia se voltava para os rapazes que sucumbiam heróicamente. Desejava-lhes êxito com toda a alma. Eram filhos de famílias provavelmente ains a ele pelo espírito, pela educação, pela textura moral e pelas idéias.

Alguma coisa em seu íntimo lhe aconselhava a sair correndo ao seu encontro e entregar-se, alcançando assim a salvação. Mas, a passagem era arriscada e perigosa.

Antes de chegar à metade da clareira do bosque, com os braços levantados, poderiam fazê-lo cair, de um lado ou do outro, atirando-lhe no peito e pelas costas — os seus, como castigo pela traição, os outros por não compreenderem os seus propósitos. Mas de uma vez se encontrara em situações semelhantes, e, depois de pesar todas as possibilidades, terminou reconhecendo que esses planos de salvação não serviam. Resignado com a duplicidade de sentimentos, o doutor continuamente estendido de bruço, desarmado, observava a marcha do combate.

«Mas era inconcebível e superior às forças humanas contemplar e permanecer inativo quando crepitava em volta uma luta mortal. Já não se tratava de lealdade ao grupo onde se encontrava, submetido pela força, nem de sua própria autodefesa, mas de se adaptar a uma situação que existia, de se subordinar às leis do que acontecia diante e em volta dele. Era contrário às regras ficar indiferente. Tinha que fazer o que os outros faziam. Lutavam. Disparavam contra ele e seus companheiros. Tinha que disparar também.

E quando o telefonista tremeu numa convulsão ao seu lado e logo se estirou e permaneceu

imóvel, Xuri Andréévich se aproximou dele, de rastros, retirou-lhe a cartucheira, tomou o seu fuzil e, voltando ao lugar que antes ocupava, começou a disparar um tiro após outro.

Mas a compaixão não lhe permitia apontar para os jovens que havia admirado e com os quais simpatizava. Disparar às toitas para o ar seria demasiado estúpido e ocioso, contrário às suas intenções. Afinal, escolhendo os minutos em que não se interpunha nenhum atacante entre ele e o seu alvo, começou a disparar sobre a árvore carbonizada. Tinha a sua própria conduta.

Apontava e, à medida que aperfeiçoava a pontaria, ia pressionando sem sentir o gatilho, como se não pensasse em fazer fogo, até que o percussor se desprendia produzindo-se o disparo por si mesmo, como algo inesperado. Desta forma, o doutor, com sua extraordinária exatidão, começa a espalhar em torno da árvore morta os ramos secos que arrancava.

Mas, que horror! Embora o doutor tivesse todo cuidado em não magoar ninguém, um ou outro atacante se atravessava num momento decisivo entre ele e a árvore e se colocava na mira da pontaria no instante da descarga. Dois foram feridos e um terceiro, um infeliz que tombou próximo à árvore, perdeu a vida.

Finalmente, o comando dos guardas-brancos, convencido da inutilidade da resistência, ordena a retirada.

Os guerrilheiros eram poucos. Uma parte do grosso das forças se encontrava em marcha e outra havia retirado para um lado, travando combate com as forças principais do adversário. O destacamento não perseguiu os que recuaram para não revelar seus pequenos efetivos.

O praticante Angueliar conduz aos limites da floresta dois homens. O doutor lhes ordena que tralem os feridos e se aproxime do telefonista que jazia imóvel. Esperava vagamente que este ainda estivesse com vida ou pelo menos pudesse salvá-lo. Mas o telefonista estava morto. Para comprová-lo, Iuri Andréévich lhe desabotoa a camisa e o ausculta. O coração não batia mais.

O cadáver traz ao pescoço um escapulário. Iuri Andréévich retira-o. Dentro, cosido ao pano, gasto e desbotado, havia um papel. O doutor desdobra o papel semidestruído.

Não estava escrito uma passagem do salmo 90, com modificações e alterações introduzidas pelo povo, afastando-se pouco do original à força de repetição. As passagens do texto eclesiástico eslavo tinham sido copiadas em russo.

O texto do salmo era conside-

CAPÍTULO CHAVE

Depois de termos lido todo o romance, pensamos várias vezes neste capítulo, que consideramos a chave de muitas coisas. Achamos inútil discutir que todo o capítulo tenha sido escrito com a inteira simpatia do autor pelo doutor Jivago e com a absoluta justificação de seus pensamentos e ações.

E quais são estes pensamentos e ações? Você, como autor, com quem simpatiza, como o justifica?

Vejamos, um médico, mobilizado à força, vê-se obrigado a viver com os guerrilheiros. O doutor Jivago, segundo você diz, é forçado a violar o convênio internacional da Cruz Vermelha e participar das operações militares. Os homens que vão atacar as linhas guerrilheiras onde se encontra o médico são, aos olhos deste, admiráveis, belos, heróicos. Todas as simpatias do médico estão com eles, são afins pelo espírito, pela moral, deseja-lhes sorte, com toda a alma, isto é, não seria exagêro afirmar-se que espiritualmente está a seu lado. Então, que lhe impede, como você escreve, salvar-se, passar-se para eles também fisicamente? Apenas uma coisa: é necessário arriscar a vida. Isto é tudo! E você, certamente, considera com toda sinceridade que este fato basta perfeitamente não só para explicar

(CONCLUI NA 4.ª PÁGINA)

«DOUTOR JIVAGO»

— DEFORMAÇÃO DA REALIDADE SOVIÉTICA

(CONTINUAÇÃO DA 3.ª PÁGINA)

mas também para justificar a falsidade de sua personalidade. Você dá a isto a preciosa denominação de «duplicidade de sentimentos», mas, de fato, tratando-se de um homem que, achando-se entre os que odeia, dispara contra os que ama unicamente para conservar a vida, «duplicidade de sentimentos» é uma expressão bastante suave.

E tudo o que se segue, quando o médico atira contra a árvore queimada e não querendo apontar contra ninguém abate um, dois ou três homens que, segundo sua delicada expressão, haviam «atravessado» a linha de mira no momento da descarga, já cheia a jesuitismo, a esse mesmo jesuitismo do qual o próprio doutor Jivago está disposto a acusar tão a miúdo e tão injustamente a qualquer um. Aqui, o seu doutor se assemelha a um frade sagaz que obedece ao jejum abençoando a carne como o peixe, com a diferença de que neste caso não se trata nem de carne nem de peixe e sim de sangue e de vida humanas.

Assim, num breve lapso de tempo sua personagem percorre um complexo caminho de múltipla traição: impatiza com os guardas-brancos e, na sua simpatia, chega até o desejo de passar-se para seu lado. Não se atrevendo a fazê-lo, começa a disparar, primeiro sem objetivo, mas termina disparando contra os próprios brancos com os quais simpatiza. A seguir se compadecer não dos brancos, mas do telefonista vermelho morto pelos brancos. Depois, tem pena do jovem guarda branco que matara, e indaga: «Por que o matei?» E quando comprova que este não estava morto, mas apenas ferido, oculta-o, o faz passar como guerrilheiro e, ficando com os vermelhos, deixa-o ir embora, sabendo, pois é próprio o diáspora, que voltaria às fileiras de Koltchak e continuaria combatendo contra os «vermelhos».

Assim se comporta o doutor Jivago, despertando, com esta triplice, senão quádrupla traição, franca repugnância a toda pessoa de espírito sadio e prescindindo inclusive das diferenças políticas num homem subjetivamente honrado que, pelo menos uma vez na vida, teve em aprêgo mais a sua consciência do que sua pele.

E, não obstante, você, com toda a força de seu talento, trata de justificar emocionalmente nesta cena o doutor Jivago, chegando, desta forma, à apologia da traição.

INDIVIDUALISMO HIPERTROFIADO

Que faz com que você chegue a esta apologia? Na nossa opinião, esse mesmo individualismo hipertrofiado em proporções incríveis. Para você, a personalidade de Jivago é o valor supremo. O mundo intelectual do doutor Jivago é um degrau mais elevado da perfeição espiritual, e para que se conserve esta suprema obra espiritual e a vida que contém este valor, você se permite confundir tudo.

Mas, qual, no fim de contas, a substância do supremo valor do doutor Jivago, isto é, seu individualismo, que ele defende a tão terrível preço?

A substância de seu individualismo é a própria exaltação de sua essência psíquica, levada ao extremo de identificá-la com a missão de uma espécie de profeta.

Jivago é poeta, e não apenas médico. E para convencer ao leitor da importância real de sua poesia para a humanidade, tal como ele próprio a entende, você termina o romance com uma seleção de poemas de seu herói. Você sacrifica a melhor parte de seu talento poético ao personagem eleito, para exaltá-lo aos olhos do leitor e, ao mesmo tempo, para aproximá-lo o mais possível de você mesmo.

O Doutor Jivago bebe o cálice da amargura na terra e seu caderno fica como um testamento para o futuro. Que encontramos nele? Além das poesias publicadas na

de Jivago o fato do doutor-poeta, que anuncia seu «segundo advento» e o julgamento do homem, na realidade desprezar o homem em carne e osso, entronizando-se num pedestal inatingível aos simples mortais? Não consistia a vocação deste messias intelectual em que, para salvar o espírito, assassinava, traía e odiava o homem, demonstrando uma falsa piedade por ele, somente para elevar-se até o endensamento?

Em resumo, neste reside todo o supremo valor espiritual do doutor Jivago, de seu individualismo hipertrofiado. De fato, o doutor Jivago não realiza de forma alguma suas pretensões messiânicas, porque falsas, mas não repete, o caminho do profeta evangélico por ele delineado: a lúgubre trajetória do doutor Jivago nem sequer chega a cristianismo, porque o menos que lhe importa são os homens e o que o preocupa, acima de tudo, é sua própria pessoa.

Assim, sob a cobertura de um refinamento e uma moralidade aparentes, surge a figura de um homem que, na essência, é um imoral que se recusa a assumir qualquer obrigação perante o povo e somente pretende direitos, entre eles, o direito que seria permissível ao super-homem de atirar impunemente.

O doutor Jivago vence sem dificuldades os Silas e Caribéas da guerra civil e morre em fins da década de 20 depois de ter perdido os séres amados, contraído um casamento esquisito e decalado em grande relaxamento. Pouco antes de morrer, em palestra com Dádurov e Gordon (segundo você, estes representam a velha intelectualidade que aceita colaborar com o Poder soviético) lança sobre esta intelectualidade, na pessoa de seus interlocutores, a cusparada maldosa de agonizante.

E que carga faz você contra os infelizes interlocutores do seu Jivago, como se flagela por não terem ocupado a posição de super-homens e preferirem marchar no lado do povo revolucionário, através de todas as desgraças e vicissitudes! Faltam-lhes, a eles, expressões precisas, «não possuem o dom da eloquência», e, para reconstituir seu pobre léxico, repetem várias vezes a mesma coisa. Têm a «infelicidade do gosto mediocre, que é pior que a infelicidade da falta de gosto»; distinguem-se pela incapacidade de pensar livremente e de orientar, à sua vontade, a palestra; são sobrecitados pelo lugar comum de seus próprios raciocínios, «consideram geral a mediocridade de seus sentimentos vulgares», são «gente hipócrita e imediatista que idealiza sua escravidão», etc., etc.

E ouvindo seus discursos, o doutor Jivago, que, como você escreve, não suportava o mistério político da intelectualidade soviética, o que era sua conquista máxima ou, como diriam então, ao teto espiritual da época, pensa com alívio de seus amigos, que servem no poder soviético: «Sim, amigos, como sois vulgares, como sois vulgares os círculos que representais, e o brilho e a arte de vossos próprios nomes e autoridades. A única coisa viva e fulgente em vós é que viveis ao meu tempo e me conheceis».

VAIDADE RIDÍCULA

Aconselhamos-lhe que releia atentamente estas palavras escritas por você no seu romance. Sua vaidade, chegando às raias do ridículo, é, apenas metade da desgraça; mas será possível que você não percebe que, além de vaidade elas refletem baixaza? A verdade raramente é companheira do ódio. Certamente por isso existe tão pouca verdade nas páginas em que o doutor Jivago termina sua vida e nas do epílogo que se segue, escrito, na nossa opi-

nião, com mão chela de ira e grande precipitação, de tal forma que estas páginas dificilmente podem incluir-se nos limites da arte.

Você gosta dos símbolos, e a morte, ou melhor, a agonia do doutor Jivago, nos fins da década de 20, parece constituir para você um símbolo da morte da intelectualidade russa esmagada pela revolução. Sim, deve-se reconhecer que para o doutor Jivago, por você descrito no romance, o clima da revolução era funesto. E a discussão com você não é neste terreno; a discussão, como dissemos a princípio, é sobre outra coisa.

Você imagina que o doutor Jivago é a culminação espiritual da intelectualidade russa. Na nossa opinião, ele é o pantano desta intelectualidade.

Você supõe que a intelectualidade russa, cuja rota se afastou da do doutor Jivago e ficou a serviço do povo, fugiu à sua verdadeira missão, suicidou-se espiritualmente, sem nada fazer de útil.

Nossa opinião é que, justamente neste caminho, encontrou ela sua verdadeira missão e continuou servindo ao povo e fazendo para o povo precisamente o que nos anos revolucionários, preparando a revolução para o povo, fez a melhor parte da intelectualidade russa, que era então, da mesma forma que hoje, profundamente estranha a esse afastamento consciente dos interesses do povo, a essa apostasia ideológica representada pelo doutor Jivago.

O POVO

NO ROMANCE

Ao que já dissemos, resta acrescentar com amargura, algumas palavras sobre como se apresenta o povo em seu romance nos anos da revolução. Essa maneira de apresentá-lo, a miúdo pela boca do doutor Jivago, e às vezes por explicações diretas do autor, é extraordinariamente característica do espírito antipopular de seu romance e está em profunda contradição com todas as tradições da literatura russa, que jamais duvidou do povo e que soube perceber sua beleza, sua energia, sua riqueza espiritual. No entanto, o povo mostrado por você no romance se divide em peregrinos bondosos que ocorrem ao doutor Jivago e a seus amigos, e séres metade homens, metade feras, que encarnam o mundo da revolução, ou melhor, segundo você, da revolta e do motim.

Para não fazermos afirmações gratuitas, vejamos apenas algumas citações que confirmam isto. Desta vez sem comentários, pois, assim, ter-se-ia maior relevo:

«No começo da revolução, quando recordando o exemplo do ano de 1905, temia-se que também desta vez a revolução fosse um acontecimento passageiro na história das altas esferas ilustradas, mas não tocasse as camadas profundas nem se enraizasse nelas, procuravam por todas as forças suggestionar o povo com a propaganda, revolucionária, entusiasmando-o, sublevando-o e enfurecendo-o.»

«Nestes primeiros dias, os homens como o soldado Pankh, que sem influência de qualquer agitação sentiam ódio feroz e mortal aos intelectuais, aos senhores e à

oficialidade, pareciam considerados raros aos exaltados intelectuais esquerdistas e eram tidos em alta conta. Sua inhumanidade lhes parecia uma maravilha de consciência de classe, sua barbárie, um modelo de firmeza proletária e de instinto revolucionário. Esta era a fama que tinha Pankh. Era tido em alta conta pelos chefes de guerrilhas e os dirigentes do partido».

«Tinham trazido cadeiras para os honrados visitantes; ocuparam-nas 3 ou 4 operários, veteranos da primeira revolução, entre eles o taciturno Tiverzin, que estava mudado, e o velho Antipov, amigo seu, que sempre lhe dava razão. Incluídos na categoria divina, a cujos pés a revolução havia depositado todas as suas oferendas e sacrificios, permaneciam calados como severos ídolos em que a validade política havia mutilado tudo o que há de vivo e humano».

«Esta época justificava o velho aforismo de que o homem é o lóbo do homem. O viandante que encontrava outro viandante, tomava o primeiro por contrário; o transeunte matava o que vinha na sua direção para não ser assassinado. Ocorrem casos de antropofagia. Acabaram-se as

ROMANCE POLÍTICO

Entretanto, não queremos deter-nos demasiado neste aspecto da questão, como dissemos no início da carta. O fundo da nossa discussão com você não reside na controvérsia estética. Você escreveu um livro que é estrita e primordialmente um romance político. Você estruturou como uma obra franca e inteiramente a serviço de objetivos políticos concretos. E isto, que é o principal para você, naturalmente, foi também objeto de nossa principal atenção.

Embora seja lamentável, em nossa carta tivemos que chamar todas as coisas pelo seu próprio nome. Parece-nos que o romance é profundamente injusto; não é objetivo, do ponto de vista histórico, quando descreve a revolução, a guerra civil, os anos subsequentes à revolução; é profundamente antidemocrático e ignora toda compreensão dos interesses do povo. Tudo isto, em conjunto, decorre de sua posição de homem que, no romance, trata de demonstrar que a Revolução Socialista de Outubro não só não teve importância positiva na história de nosso povo e da humanidade, mas, pelo contrário, não trouxe senão males e desgraças.

Como homens que nos encontramos em posição diametralmente oposta à sua, consideramos, é claro, que não se pode sequer falar da publicação do romance nas páginas da revista «Novii Mir».

Sem cogitar já da sua posição ideológica, mas da irritação com que está escrito o romance, recordando que no passado saíram da sua pena coisas muito diversas das que você diz agora, desejaríamos observá-lo, empregando as palavras dirigidas por um de seus personagens ao doutor Jivago: «Você mudou. Antes, falava da revolução sem tanta acrimônia, sem irritar-se».

Certamente, é claro, o fundamental não reside na irritação, que não é mais do que companheira de idéias refutadas pelo tempo, inconsistentes, condenadas a desaparecer. Se você está em condições de refletir seriamente sobre isto, reflita. Apesar de tudo, desejamos que seja assim.

Devolvemos-lhe os originais do romance «Doutor Jivago».

B. Agáfov
B. Lavreniov
K. Fedin
K. Símenov
A. Krivitski
Setembro de 1956.

- (1) «Guardas-brancos» — os contra-revolucionários que se tentaram a guerra civil contra o Poder soviético depois de Outubro de 1917.
- (2) «Vermelhos» — os revolucionários, defensores do Poder soviético que combateram os «brancos» e os interventores estrangeiros.
- (3) «Chemialka» — protótipo da arbitrariedade na Rússia feudal.
- (4) Denikin — general das tropas contra-revolucionárias.
- (5) «Taigá» — selva, mata virgem siberiana.
- (6) Koltchak — general contra-revolucionário a serviço da intervenção estrangeira contra o regime soviético.

NOTA: Os sub-títulos são de responsabilidade da Redação.